



Fundação Getúlio Vargas
Escola de Administração
de Empresas de São Paulo
Biblioteca



2990/2001



1200102990



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

25

Teoria e Retórica em Douglass North:
Subsídios para uma análise de sua contribuição

Autor: Paulo Sérgio de Oliveira Simões Gala

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira

2001

Paulo Sérgio de Oliveira Simões Gala

Teoria e Retórica em Douglass North:
Subsídios para uma análise de sua contribuição



Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Planejamento e
Análise Econômica da EAESP/FGV
como requisito para a conclusão do
Curso de Mestrado.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira

São Paulo, 2001

Escola de Administração de Empresas de São Paulo	
Data	N.º da Chamada
19.12.	33
Tomo	GI46t
2990/2001	Dis 2-1

SP-00024486-B

GALA, Paulo Sérgio de Oliveira Simões, Teoria e Retórica em Douglass North: Subsídios para uma Análise de sua Contribuição São Paulo, EAESP/FGV, 2001, 101 páginas (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Planejamento e Análise Econômica)

Resumo: O texto faz uma análise da teoria e da retórica de Douglass North. Após discutirmos as propostas em três de seus principais livros - 1973, 1981 e 1990 - testamos a hipótese que motivou o estudo. Ao fazer uma análise retórica de North, procuramos mostrar como o autor construiu um aparato institucional deliberadamente - talvez até de forma questionável - complementar à teoria neoclássica. Após uma breve discussão acerca da originalidade do que propõe, concluimos o trabalho com um destaque para a importância retórica no sucesso de suas idéias entre os economistas.

Abstract: This paper analyses the work and rhetoric of Douglass North. After discussing his main proposals for the economics of institutions -1973, 1981, 1990- we investigate the author's speech. It is shown that his conciliatory strategy with neoclassical economics plays a crucial role on the acceptance of his ideas. After a brief analysis of the origins of his proposals, we conclude stressing the importance of his rhetoric.

Palavras Chave: Douglass North, Nova Economia Institucional, Retórica, Teoria, História, Desenvolvimento Econômico, Economia Neoclássica, Marxismo.

We have much to learn from them [Veblen, Ayres e Marx], but not by abandoning neoclassical theory. Neoclassical theory has made economics the preeminent social science by providing it a disciplined, logical analytical framework. To abandon neoclassical theory is to abandon economics as a science. The challenge is to widen its horizons ...¹

Douglass North

¹ North 1978, pg.974

Sumário

Agradecimentos	07
Introdução	09
I - O Desenvolvimento Econômico	14
I.1 - A 'Ascensão' do Mundo Ocidental.....	16
I.2 - Os Recortes Teóricos de 1981	21
I.2.a - O papel da ideologia e o conceito de racionalidade	22
I.2.b - O estado e sua relação com a economia	27
I.2.c - O conceito de eficiência e o sistema de propriedade.....	30
I.3 - O Modelo de 1990.....	32
I.3.a - Incerteza	34
I.3.b - Custos de Transação	35
I.3.c - Instituições.....	36
I.3.d - Organizações	37
I.3.e - A Dinâmica da matriz institucional.....	39
I.3.f - O Desempenho econômico	43
II - A Retórica Neoclássica	45
II.1 - Douglass North como Retórico.....	48
II.2 - A contribuição de North como Teoria e Retórica.....	59
III - As Influências e a Inspiração em Marx.....	63
Considerações Finais.....	68
Referências Bibliográficas	73
Apêndice 1 - Autobiografia de Douglass North.....	79
Apêndice 2 - Notas de tradução.....	87

Agradecimentos

Desde o início, hesitei em escrever uma seção de agradecimentos. Em geral, aberturas do tipo pressupõem algum feito notável, que acho não ser o caso desta dissertação. Por outro lado, me dei conta, já no final do trabalho, de que as virtudes - por ventura presentes - serão certamente tributárias das orientações, comentários e apoios que recebi ao longo do mestrado. Decidi, portanto, escrevê-la. Aí vai o registro de gratidão, cabendo as isenções de praxe.

De início, devo agradecer ao professor e orientador Luiz Carlos Bresser Pereira. Mais do que me “guiar” ao longo do trajeto, forneceu o “*insight*” principal para a hipótese de todo o trabalho. Com sua vasta experiência e pragmatismo, me ensinou a entender a ciência econômica sob outro prisma.

Ao professor José Márcio Rego que, em função de sua proximidade ao professor Bresser, foi quase um co-orientador. Essencial desde o estado embrionário do projeto até o momento de seu “parto”. Agradeço ainda pelos seus ensinamentos, estímulos e exemplos em tantas esferas da vida em tão curto tempo de convivência.

Ao professor Pérsio Arida pelo aprendizado e estímulo. Também, pela oportunidade (e claro, privilégio) de tê-lo na banca examinadora. Ao professor Marcos Fernandes pelas importantes contribuições dadas na banca de qualificação. Ao professor Ramón G. Fernández; sua análise detectou sutilezas invisíveis “a olho nu”. Ao professor Solival Menezes, pelas discussões e pelo estímulo inicial ao projeto do mestrado. Aos professores David Dequech e Arthur Barrionuevo Filho, pelos importantes comentários.

Aos professores Fernando Garcia, Maria Carolina Silva Leme, Alkimar Ribeiro Moura, Jolanda Baptista, Robert Nicol e Roberto Mario Perosa Jr. pelo valioso aprendizado recebido nos cursos ao longo desses últimos três anos. Ao professor Luiz Antônio de Oliveira Lima, por valiosas discussões dentro e fora das

aulas. Ao Gilberto Tadeu Lima, pelos brevíssimos, porém importantes contatos. À professora Silvia Schor, pelos comentários e ainda pelos tempos de graduação.

Aos amigos (sem ordem de importância) Vladimir Maciel, Marcos Gomes, Ricardo Madeira, Rogério Zanin, Ciro Biderman, Priscila Azzolini, Fernando Cotelo, Alexandre de Carvalho, Andrea Bandeira, Ana Paula Soler, Sérgio Goldbaum, Alexandre Santana, Lauro Gonzalez e Lillian Furquim, pela convivência e discussões ao longo destes difíceis, porém prazerosos, tempos de mestrado.

Ao meu pai, Paulo Gala, pelo exemplo e compreensão. A minha mãe, Maria de Lourdes, pelo estímulo, apoio e carinho. Ao meu irmão, Adelino, e minha irmã, Marina, pela solidariedade. Ao meu avô Adelino Gala, pelo exemplo e a minha avó Célia Gala pelo carinho. Na pessoa de Juarez Reis, agradeço a todos meus companheiros de trabalho. Last, but not least, à namorada Luciana Passos, que me ajudou no sentido amplo da palavra. Desde a paciência e carinho, passando por longas discussões e leituras, até sua contribuição na tradução de algumas passagens e na revisão final do texto.

Introdução

O trabalho de Douglass North representa hoje uma referência essencial para a pesquisa voltada ao crescimento econômico e para o corpo do conhecimento de economia como um todo. A partir da publicação de *“Institutions, Institutional Change and Economic Performance”* em 1990 e da obtenção do Prêmio Nobel de 1993, North passou a ser leitura obrigatória para todos que se interessam em estudar o desenvolvimento das economias no longo prazo e, mais especificamente, os determinantes da “riqueza e pobreza das nações”.

A principal contribuição de North está na teoria institucional que desenvolve. O autor procura demonstrar, ao longo de sua obra, como o crescimento de longo prazo - ou a evolução histórica - de uma sociedade é condicionado pela formação e evolução de suas instituições - *“humanly devised constraints that shape human interaction”*ⁱ (North 1990, pg.3). Como destaca a “Royal Swedish Academy of Sciences” na defesa de sua laureação conjunta com Robert Fogel,

*“...for having renewed research in economic history by applying economic theory and quantitative methods in order to explain economic and institutional change”*ⁱⁱ (*The Bank of Sweden Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel 1993*).

Sua pesquisa não se inicia desde cedo na área institucional. Originalmente ligado ao grupo dos cliometristas, North desenvolve trabalhos de análise histórica, com grande inspiração em teoria econômica. Ao aplicar métodos quantitativos e *“insights”* da teoria econômica para o estudo da história, um grupo de economistas americanos fundou o que ficou conhecido na literatura como cliometria ou ainda a “nova história econômica” (Goldin 1994, pg.2). Seus trabalhos principais são da

década de 60 e 70. Neste grupo estavam, entre outros, economistas como Lance Davis, Robert Fogel, Anna Schwartz, Walt Rostow e Alexander Gerschenkron (McCloskey 1998, pg.74 - para uma crítica da cliometria ver Hobsbawn 1997, pgs.136-137). Dos trabalhos de Douglass North na época destaca-se a obra "*The Economic Growth of the United States 1790-1860*" (North 1966).

O marco da mudança de seu enfoque parece estar no texto "*Sources of Productivity Change in Ocean Shipping, 1600-1850*" de 1968 (Goldin 1994, pg.8). Neste estudo, North encontra um resultado curioso: o aumento da produtividade da indústria de transporte oceânico no período analisado decorre muito mais de inovações e evoluções institucionais, entre as quais a redução da pirataria, do que das mudanças na tecnologia de transporte. Uma evolução institucional pareceu ser mais importante do que uma evolução tecnológica.

A partir de então, desenvolve uma série de trabalhos, principalmente de caráter histórico, que procuram entender o papel das instituições na evolução das sociedades, tanto primitivas quanto modernas. Encontramos aí várias obras de destaque. "*Institutional Change and American Economic Growth*" escrita em co-autoria com Lance Davis em 1971 faz uma leitura institucional da história norte-americana. O clássico "*The Rise of the Western World*" de 1973, escrita com Robert Paul Thomas, procura fazer uma leitura econômica não marxista da transição do feudalismo para o capitalismo. Em "*Structure and Change in Economic History*" de 1981, o autor se propõe à arrojada tarefa de analisar toda a história econômica da humanidade, à luz de suas idéias sobre instituições. No texto de 1990 "*Institutions, Institutional Change and Economic Performance*", sua *magnus opum*, analisa a dinâmica institucional das economias, encontrando, segundo nos conta, a resposta teórica de seu projeto.

Como se vê, a proposta de North é bastante ampla. O trecho abaixo – que provavelmente assustaria qualquer historiador de grande fôlego - dá uma amostra do tamanho da ambição de seu programa de pesquisa,

“Let us represent the human experience to date as a 24-hour clock in which the beginning consists of the time (apparently in Africa between 4 and 5 million years ago) when humans became distinct from other primates. Then the beginning of so-called civilization occurs with the development of agriculture and permanent settlement in about 8.000 B.C. in the Fertile Crescent... [in] the ten thousand years from the development of agriculture to the present the pace of change appears to be very slow ... [] The pace of change accelerates in the past five thousand years with the rise and decline of economies and civilizations. Population may have grown from about 300 million at the time of Christ to about 800 million by 1750 ... [] If we focus now on the last 250 years, we see that growth is largely restricted to Western Europe and the overseas extensions of Britain for 200 of those 250 years ... [] there have been periods of apparent secular stagnation - the most recent being the long hiatus between the end of the Roman Empire in the West and the revival of Western Europe approximately five hundred years later. [] What can an institutional/cognitive approach contribute to our understanding of the economic past? First of all, it should make sense of the very uneven pattern of economic performance described [above]”ⁱⁱⁱ (North 1996, pg.350).

Como sabemos, os esforços de Douglass North somados aos de alguns outros ensaístas - Williamson, Coase, Demsetz, Alchian entre outros - deram origem ao programa de pesquisa que se convencionou chamar de Nova Economia Institucional (Rutherford 1999, pgs.2-3). Essa agenda de trabalho vem apresentando vários frutos. Além do Nobel recebido por North, encontramos também a laureação de Ronald Coase em 1991. O volume da literatura novo institucionalista é crescente e, a se julgar pelo seu número de adeptos hoje, poderíamos dizer que essa corrente constitui, nos termos de Lakatos (1979, pg.161), um programa de pesquisa progressivo e não degenerativo.

Esta dissertação objetiva analisar a obra de Douglass North, um dos expoentes da corrente novo institucionalista. Sem entrar no mérito da justiça do recebimento do Nobel em 1993, nossa preocupação principal estará em entender o porquê de tamanho sucesso de suas idéias. *A hipótese adotada no trabalho será a de que sua retórica jogou papel crucial na aceitação de suas idéias pelo “mainstream” neoclássico da ciência econômica.* Para “testar” nossa hipótese, pretendemos desagregar a obra do autor para melhor estudar os conceitos e a articulação da teoria que oferece. De outro modo, o objetivo de nosso texto será também enriquecer a compreensão que um leitor possa ter deste economista. Pretendemos, ao qualificar seu trabalho, contribuir para o entendimento do papel que ocupa e poderá ocupar no âmbito da história das idéias econômicas.

No que segue, a dissertação se divide em quatro partes. Na primeira, apresentaremos, de forma bastante sintética, o ferramental proposto pelo autor. Iniciamos nosso estudo pelo livro de 1973, que contém a origem de seus principais “*insights*”. Passamos, em seguida, ao texto de 1981, que já acena com o esboço de uma teoria das instituições. Por fim, estudamos o livro de 1990 - sua “Teoria Geral” como veremos - onde o autor procura formular um modelo capaz de explicar movimentos seculares.

Ao atingir o cerne da contribuição de North, nossa preocupação se volta para uma tentativa de resolução da hipótese que levantamos. Discutimos, na segunda parte do trabalho, a retórica de Douglass North. Partindo do pressuposto de que não é possível separar as etapas de construção e comunicação de uma teoria (D.McCloskey 2000, pg.126), estudamos com mais cuidado a natureza do discurso presente no livro de 1990. Analisamos como o autor procura nos convencer da utilidade e do “*promise of the approach*” (North 1990, pg.vii) que propõe. Como sua estratégia de persuasão - trama de conceitos que utiliza e forma como argumenta - joga papel fundamental na aceitação de suas idéias pelo campo econômico.

Na terceira parte, fazemos um breve estudo das influências de North. A partir de uma análise de suas fontes de inspiração, veremos que a originalidade de sua obra pode ser questionada. Se nossa hipótese estiver correta, uma das maiores contribuições de North terá sido a recolocação da questão institucional na pauta do dia, através de sua competente argumentação. As considerações finais do trabalho tratarão deste ponto com mais detalhe.

I - O Desenvolvimento Econômico

A teoria de Douglass North é construída a partir de vários trabalhos. Do início, com o livro sobre a evolução das instituições americanas (North 1971), até o mais recente (North 1990), que procura formular uma teoria da mudança institucional, percebemos como as idéias do autor evoluem para constituir um ferramental mais potente e organizado.

Para melhor entender esta obra, precisamos capturar, de início, dois de seus principais movimentos ao longo do tempo. No primeiro, o autor migra da cliometria propriamente dita para a análise institucional. Como já vimos, a mudança se dá a partir do “*insight*” de que uma evolução institucional pode ser mais importante do que avanços tecnológicos para o desenvolvimento econômico. A transição fica clara na comparação entre os enfoques de seu livro de 1961 “*The Economic Growth of the United States 1790-1860*” e de 1971 “*Institutional Change and American Economic Growth*”. Como nos mostra Claudia Goldin ao analisar o trabalho de Douglass North e Robert Fogel por conta da obtenção do prêmio Nobel,

“The important point for economic history and for North’s intellectual development is that institutions interact with technology. One without the other does not produce economic growth. North learned the lesson well and shifted his attention for the next 25 years to a study of institutions.”^{iv} (Goldin 1994, pg.8).

O segundo importante movimento ocorre nos textos subsequentes. Tomando por base estudos institucionais históricos, o autor dá passos no sentido de construir uma teoria econômica institucional. A partir da constatação e do entendimento do que foi o processo histórico do desenvolvimento econômico, procura formular uma teoria (institucional) do desenvolvimento econômico. Se

aventura a estudar a história de diversas civilizações ao longo do tempo - Egito, Grécia, Roma, Europa Feudal, Inglaterra entre outros - para ir, aos poucos, construindo uma teoria que possa auxiliar na explicação da evolução das sociedades. Como identifica Macedo (2001) ao analisar as noções “teleológica” e “genética” da história em Douglass North,

“North está ciente do conflito entre sua tentativa de apresentar a história e as instituições num plano de relevância similar ao da análise econômica “pura”, e a manutenção da idéia de eficiência como promovendo o sentido da história. Daí devota esforços para demonstrar que suas teorizações, agora, não identificam as instituições com a busca da eficiência - ao menos não com a eficiência como tradicionalmente entendida pela economia neoclássica. O percurso de North, portanto, é sempre tortuoso” (Macedo 2001, pg.354).

Esse transitar entre o histórico e o teórico pode ser encontrado em todos livros escritos a partir dos 70. Com o passar do tempo, North vai migrando de análises históricas para análises teóricas. Uma maneira simples de capturar este movimento está na observação da divisão formal da estrutura de seus trabalhos. Em geral, divide seus livros em dois grandes blocos: teoria e história. A tabela abaixo ilustra essa evolução através do espaço de texto formalmente reservado para discutir cada assunto em três de suas principais obras:

Obra	Análise Teórica	Análise Histórica
“The Rise of the Western World” (North 1973)	Páginas 1 a 19 de um total de 158 – 12 %	Páginas 19 a 157 de um total de 158 - 87 %
“Structure and Change in Economic History” (North 1981)	Páginas 1 a 71 e 201 a 209 de um total de 209 - 37 %	Páginas 71 a 201 de um total de 209 – 62 %
“Intitutions.Institutional Change and Economic Performance”, (North1990)	Páginas 1 a 140 de um total de 140 – 100 %	Exemplos em 140 páginas sem espaço formalmente separado 0%

Sob esse pano de fundo, analisaremos agora o instrumental analítico que o autor propõe. As três seções que seguem farão, respectivamente, uma breve discussão das principais contribuições dos livros de 1973, 1981 e 1990.

A ‘Ascensão’ do Mundo Ocidental

A base da proposta de North pode ser encontrada na leitura que faz do caso de sucesso das economias do Ocidente, notadamente da Europa Ocidental e Estados Unidos. Estas, segundo o autor, conseguiram desenvolver instituições capazes de atingir o crescimento econômico de longo prazo. O processo histórico do surgimento do capitalismo no mundo ocidental seria, portanto, a “matéria prima” de seu trabalho “*The Rise of the Western World, A New Economic History*” de 1973.

Em co-autoria com Robert Paul Thomas, procura demonstrar como a Holanda e Inglaterra foram capazes de superar com sucesso as dificuldades impostas pela transição do feudalismo para o capitalismo. Para os autores, o grande avanço ocorrido nesses dois países, depois replicado pela porção ocidental

do continente e mais à frente pela Nova Inglaterra, ocorre antes da chamada Revolução Industrial.

As instituições criadas no final da Idade Média pelas cidades holandesas e belgas - Bruges, Antuérpia, culminando com Amsterdã - em parte inspiradas em práticas de cidades italianas - Gênova, Veneza e Florença - e na sequência pelas principais cidades inglesas, Londres e Bristol, teriam sido capazes de levar ambos os países a um crescimento econômico nunca antes experimentado. Em seus termos, as sociedades destas regiões teriam sido as primeiras a superar as “crises malthusianas”, transformando o crescimento populacional em verdadeiro crescimento econômico e não em crises de empobrecimento. Vejamos um pouco mais acerca desta idéia de North.

A obra “*The Rise of the Western World*” gira em torno do conflito entre o aumento populacional e o esgotamento dos recursos físicos das sociedades no final do feudalismo. A partir desta “tensão básica”, North procura descrever o comportamento do ocidente europeu na saída da Idade Média. Em momentos de estabilidade social e política, como por exemplo nos séculos XII e XIII, o progresso econômico desencadeava crescimento populacional. Esse crescimento, por sua vez, se desdobrava em desenvolvimento de novas instituições por um lado e empobrecimento relativo das populações por outro. O entendimento da transição do feudalismo no início do século XI para as vésperas da revolução industrial no século XVIII passa pela análise dessa tensão.

O crescimento populacional dos séculos XI e XII somado ao decorrente aumento do comércio provoca mudanças na estrutura institucional da Europa Ocidental, notadamente devido ao surgimento das cidades. Em suas palavras,

“The revival of trade and commerce in the eleventh and twelfth centuries led not only to the proliferation of towns but to a host of institutional arrangements designed to reduce market imperfections. As new towns developed their own governments for administration and protection, they necessarily evolved

bodies of law to adjudicate disputes arising from these new conditions. The towns of northern Italy, central Germany, and Flandres became thriving centers of commerce, as population and trade continued to grow" (North e Thomas 1973, pg.12).

Contratos como a *commenda* e a *societas*, que envolviam a cooperação de um sócio investidor e um sócio "viajante", o ressurgimento de bancos de depósito e a criação de formas incipientes de "*bills of exchange*" e seguros significavam grandes avanços em termos da organização do processo produtivo. As feiras, como as de Champagne, mais do que praças comerciais, passavam a constituir-se em embriões de mercados de capitais. Sobre este ponto é interessante registrar o surgimento dos primeiros mercados de câmbio da Europa. Como nos mostra North, "*the institutional instrument devised for transactions (known as an instrumentum ex causa cambii) permitted a borrower who had received an advance in local currency to promise repayment in another currency, at another place*"^{vi} (North e Thomas 1973, pg.55).

Surgiam as sementes institucionais que estariam por trás do desenvolvimento econômico europeu subsequente. Com o renascimento comercial e urbano, parte das transações econômicas, antes restritas ao perímetro feudal, passariam a ser efetuadas nas cidades dando origem aos *mercados*. Gradualmente o trabalho passaria a ser direcionado para a produção mercantil em detrimento de atividades de subsistência. Pouco a pouco, as cidades iriam ganhar espaço em relação aos feudos, trazendo grandes complicações ao arranjo institucional antes prevalecente. Os contratos de servidão feudais, por exemplo, passariam cada vez mais a competir com as incipientes relações mercantis presentes nos centros urbanos.

Essa evolução não seria, entretanto, linear. O grande progresso institucional observado dos 1000 aos 1300 é interrompido por um período de estagnação que vai pelo menos até meados dos 1400. Retomando a tensão básica de North, se por

um lado o crescimento populacional desencadeou uma série de inovações institucionais, notadamente o ressurgimento dos mercados, por outro, trouxe vários problemas ao cenário do oeste europeu por conta do descompasso surgido entre a produção de alimentos e as necessidades de uma população crescente. Os retornos decrescentes da agricultura, decorrentes da ausência de inovações tecnológicas, fizeram com que muitas sociedades entrassem em colapso nesse período. Como bem aponta North, os séculos XIV e XV são marcados por fomes e pestes por conta do aumento da pobreza relativa.

Um outro aspecto importante de sua tese encontra-se na discussão dos séculos XVI e XVII. Ao analisar o surgimento dos estados modernos, o autor procura demonstrar o que considera trajetórias institucionais bem sucedidas. Os casos clássicos são Holanda e Inglaterra que foram capazes de desenvolver arranjos institucionais para estimular atividades produtivas. O coração de seu argumento está na relação entre os estados que surgem nessas regiões e as organizações ou grupos produtivos locais. Nos países de sucesso, teria havido um equilíbrio de poder entre as monarquias e produtores que favoreceu a confecção de leis propícias ao desenvolvimento do comércio e da indústria. Na Espanha e França, principalmente na primeira, as leis e a organização institucional não teriam contribuído para o florescimento de atividades economicamente produtivas. Em geral, observamos nesses países, à época, uma legislação protetora de monopólios - como o caso das *Mestas* na Espanha - que não estimulava o surgimento de atividades rentáveis para a sociedade como um todo. O ponto relevante está na relação entre os estados que nasciam e a classe produtiva em geral. Mais especificamente, nas leis e regras que iam sendo geradas pelo sistema político para ordenar a atividade econômica. Como veremos adiante, o desempenho econômico das sociedades resultará sempre, em última análise, de suas dinâmicas institucionais.

Mas enfim do que depende e do que dependeu a prosperidade alcançada pelo mundo ocidental? Aqui tocamos o ponto crucial de sua contribuição, já

presente no texto de 1973. Para entender o desenvolvimento econômico sustentável de longo prazo, deve-se estudar as causas anteriores às tradicionais variáveis de crescimento. Para North, a chave do problema econômico não está no avanço tecnológico ou na acumulação de capital. Está nas regras ou arranjos institucionais que estimulam ou inibem atividades nesse sentido. O que a literatura econômica atual considera causas do crescimento, nada mais são do que consequências de uma dada matriz institucional específica. No limite, as causas do crescimento, identificadas por essa visão, são o próprio crescimento. Como diz o autor,

“The factors we have listed (innovation, economies of scale, education, capital accumulation, etc.) are not causes of growth; they are growth”^{vii} (North e Thomas 1973, pg.2).

O segredo para atingir o crescimento está na construção de uma matriz que estimule a acumulação de capital físico e humano. A grande distância observada ainda hoje entre países pobres e ricos encontra-se muito mais em diferenças entre matrizes institucionais do que em problemas de acesso a tecnologias. Sociedades pobres encontram-se nessa situação justamente por não terem desenvolvido uma base de regras, leis e costumes capazes de estimular atividades economicamente produtivas, especificamente acumulação de capital e de conhecimento.

O livro de 1973 procura justamente entender essa evolução institucional, que fez da Europa o berço da civilização ocidental. Observa-se isso a partir da saída da Idade Média. As instituições desenvolvidas originalmente na Itália e Holanda e seus desdobramentos levados a cabo principalmente pela Inglaterra, colocam a civilização dessa porção do continente em posição privilegiada na saída do século XVIII. A proposição *teórica* de North de que as instituições estão na origem do processo de acumulação de capital e progresso tecnológico verifica-se na *prática* da história.

É interessante notar como o autor busca na análise histórica a base para sua proposta. Em termos teóricos, o arranjo institucional será a variável anterior ou determinante da acumulação de capital e do progresso tecnológico, que produzem, por sua vez, o crescimento econômico. Na leitura histórica, encontramos exatamente a mesma sequência: a evolução institucional surgida na saída do feudalismo causa a revolução industrial no século XVIII, que responde pelo enorme progresso material da civilização contemporânea.

Os Recortes Teóricos de 1981

Caminhando para a construção de um modelo mais coerente e fechado, North escreve o texto de 1981. Passa a distanciar-se ainda mais da perspectiva histórica em direção à teoria. Analisa, é certo, uma quantidade de situações históricas: a revolução do período Neolítico, os grandes impérios da Antiguidade, o Feudalismo, o surgimento da Europa Moderna, a Revolução Industrial, entre outros episódios. Certamente sua discussão não tem o detalhamento e rigor requeridos por estudos genuinamente históricos. Mas, justamente neste ponto, encontramos a marca de North. Usa o histórico como alavanca para seus vãos teóricos. Nos diz já em 1971,

“The best of the historian’s work has all too often been rooted not in sound logical deductions from explicit premises but in brilliant historical intuition. This triumph of intuition over mathematics rests not on the blind refusal of the historian to kneel at the altar of science, but on the fact that the theories that he might have used have been poorly specified, totally irrelevant, and, at times, marked by errors in logic. Until ‘better’ theories are created, no one can blame him for depending on the intuition that has served him so well in the past... [it is probable that this theory] will emerge in bits and pieces from some interaction between the theorist who worries about logic and the historian concerned with explaining the past. In

his search for a theory that explains the process of economic evolution, the scholar must continually move from theory to fact and back again to theory”^{viii} (North e Davis 1971, pg.4).

Apesar de ainda não ter um teoria completamente acabada do desenvolvimento econômico e da evolução institucional, avança já com bastante força em termos analíticos. Através do conceito de “*structure*” presente no título da obra, procura captar teoricamente os diversos traços das sociedades com que se depara nas análises históricas. Para explicar a “*performance*” das mesmas, teoriza sobre seus aspectos fundamentais: “*political and economic institutions, technology, demography and ideology*”^{ix} (North 1981, pg.3). Vejamos, já nos valendo - por questões didáticas - do texto de 1990 e de escritos posteriores, um pouco mais dos recortes teóricos que começam a se articular para formar o modelo que North irá propor.

O papel da ideologia e o conceito de racionalidade

Como veremos abaixo, o conceito de racionalidade que utiliza jogará papel fundamental na construção de sua dinâmica institucional. Ao introduzir a noção de incerteza, North tem o intuito de mostrar, já de início, sua rejeição pela “*rational choice*” - apesar de fazer isso com muita cautela como veremos no capítulo que analisa sua retórica. Argumenta o autor que os axiomas dessa teoria são muito rígidos e que sua adoção tem, de certo modo, impedido o avanço das ciências sociais (North 1990, pg.17).

Como alternativa, propõe uma teoria de racionalidade mais ampla que dê conta dos dois principais problemas da “*rational choice*” a seu ver: i) a motivação dos agentes ii) o problema da decifração do ambiente. Vejamos cada um deles com mais cautela.

A impossibilidade de conhecer toda informação necessária para a tomada de decisões ótimas - no sentido neoclássico do termo - está na base da proposta do autor. Por problemas de complexidade e falta de capacidade computacional (North 1990, pg.25) ou por questões de realidades mutáveis (North 1999, pg.16), os agentes são incapazes de tomar decisões ótimas. É importante também frisar que o autor rejeita a noção de que ao longo do processo decisório, mecanismos de “*feed back*” possam ser responsáveis pela correção de erros, fazendo com que, pelo menos no longo prazo, haja convergência entre as decisões dos agentes e os resultados considerados ótimos (North 1990, pg.19).

Defenderá, assim, a utilização de uma racionalidade processual do tipo Herbert Simon como base para sua teoria de evolução institucional. A partir do momento em que os agentes não conhecem o mundo sobre o qual devem decidir, passam a construir “realidades subjetivas” do mesmo e a atuar sobre estas. Racionalidade não significa aqui atingir uma situação ótima, mas sim agir da maneira mais razoável possível na busca de determinados fins, dada a pobreza informacional. Na melhor das hipóteses, os agentes podem tentar aproximar sua visão de mundo - ideologia nos termos de North - da própria realidade objetiva.

Em termos motivacionais, a situação também não é simples. North argumenta que a maximização simplista da “*rational choice*” não consegue tratar de uma série de comportamentos pertinentes às ciências sociais. Seja por não explicar gestos altruísticos e cooperativos, seja por não levar em consideração dogmas, idéias e ideologias nas decisões dos atores, as “*behavioural assumptions of received theory*”^x parecem deixar muito a desejar na explicação de alguns fenômenos sociais e econômicos relevantes.

North não dá conta, entretanto, de propor uma teoria que seja capaz de superar as críticas que levanta. Destaca o trabalho de Herbert Simon e Ronald Heiner, que parecem propor solução promissora e cita também alguns estudos de sociobiologistas - Jack Hirchleifer - sobre a questão dos problemas motivacionais. Sugere também, por várias vezes, a importância de uma teoria sociológica do

conhecimento - leia-se teoria da ideologia - para o entendimento da evolução econômica. Argumenta que o estudo da interação entre *"Reality and Beliefs"* (North 1999, pg.10) é crucial para a explicação da evolução das sociedades no longo prazo. Vejamos um pouco mais acerca de suas idéias nesse tema.

Na ausência de uma racionalidade otimizadora substantiva, resta ao autor explorar mais a fundo a formação das crenças dos agentes que estão por trás das tomadas de decisão. Em outros termos, entender o papel da ideologia (*"interconnected comprehensive view of the world"*^{xi} em North 1981, pg.52) nas sociedades significa *"the single most important step that research in the social sciences can make to replace the black box of the rationality assumption used in economics and rational choice models"*^{xii} (North 1994, pg.2).

Num primeiro momento, esta tem uma função bem prática no modelo. Ao restringir o comportamento individualista, resultante de um cálculo maximizador puro e simples, funciona como uma importante instituição informal na sociedade. Reduz portanto a incerteza na interação entre as pessoas, estabelecendo uma base comum de crenças e regras que permitirão as trocas econômicas. O caráter disciplinador das ideologias reduz os custos de transação. Ao criticar o simplismo da racionalidade maximizadora, afirma,

"Neoclassical theory is equally deficient in explaining stability. Why do people obey the rules of society when they could evade them to their benefit? Certainly an individualistic calculus of costs and benefits would suggest that cheating, shirking, stealing, assault, and murder should be everywhere evident. We do observe all these kinds of behaviour, but side-by-side with them we also observe individuals obeying rules when they could be violated with impunity at considerable benefit. Indeed, a neoclassical world would be a jungle and no society would be viable"^{xiii} (North 1981, pg.11).

Altera o significado clássico do conceito de ideologia. Argumenta North que códigos morais e éticos de conduta, fortemente baseados em ideologias, estão na base da estabilidade social, sendo responsáveis pelo funcionamento do sistema econômico (North 1981, pg.47). Ideologias, ao sustentarem regras informais, também contribuem fortemente para a manutenção das leis e códigos escritos de uma sociedade através de um efeito legitimador. São estáveis as leis que parecem legítimas aos agentes.

A introdução de ideologia na análise econômica também dá conta de explicar um outro paradoxo da teoria neoclássica. Segundo North, a defesa da idéia de um estado hobbesiano, como resultante de um acordo entre agentes que produza regras ótimas de interação social, é conflitante com um cálculo maximizador simplista praticado pelos agentes segundo a teoria. Se o agente é racional quanto ao seguimento do acordo hobbesiano, deixa de sê-lo em relação à maximização de seus custos e benefícios individuais (North 1981, pg.45). Novamente defende o autor a importância das ideologias para explicar situações desse tipo. Procura demonstrar que somente a partir do estudo da dinâmica ideológica das sociedades podemos entender comportamentos coletivos que parecem infringir a restrição da maximização individual. Reconhece, portanto, a lógica do *"free rider"*, mas propõe uma espécie de "racionalidade ideológica" para superá-la (North 1981, pg.47).

Além de sua grande importância na sustentação de regras informais, as ideologias jogam papel essencial na constituição das regras formais de uma sociedade. Ao impregnar a tomada de decisão dos agentes políticos, está também na base da formação de nossos códigos escritos; as ideologias importam para o entendimento das regras e leis que derivam do funcionamento do sistema político. Seja no comportamento de governantes, de grupos de interesse ou ainda de agentes do sistema judiciário, é somente através do conceito de ideologia que podemos entender a construção do arcabouço legal de uma sociedade (North 1981, pgs.56-57).

As ideologias estão na base da formação das regras formais e informais de uma sociedade e, portanto, têm papel fundamental no desempenho das diversas economias. O trecho abaixo posiciona o conceito de ideologia no pensamento de Douglass North,

“Now, humans attempt to use their perceptions about the world to structure the human environment in order to reduce uncertainties in human interaction. The resultant institutional structure is a combination of formal rules, informal constraints and their enforcement characteristics”^{xiv} (North 1999, pgs.14-15) [grifos nossos].

Para concluir, vejamos brevemente o pequeno modelo da dinâmica de ideologias que North propõe. Curiosamente, se inspira na obra *“The Structure of Scientific Revolutions”* de Thomas Kuhn (Kuhn 1976) para explicar o surgimento e desaparecimento de ideologias. Propõe que a dinâmica ideológica é parecida com a dinâmica científica proposta por Kuhn. A manutenção de uma ideologia depende de sua capacidade de explicar o mundo à sua volta e da ausência de ideologias competidoras com maior poder explicativo - uma espécie de “ideologia paradigmática”. Com o surgimento de novas ideologias e com a acumulação de “anomalias ideológicas” os agentes podem migrar para uma nova visão de mundo, abandonando a antiga, caracterizando o que Kuhn chamou de revolução científica (Kuhn 1976, pgs.145-146) - revolução ideológica no caso de North. Uma ideologia só se sustenta se for capaz de explicar coerentemente o mundo à sua volta. É portanto uma racionalização de fenômenos reais percebidos (North 1981, pg.49).

O Estado e sua relação com a economia

O Estado tem importância central nas idéias de North. Na medida em que define e cuida do “*enforcement*” da base legal de uma sociedade, responde diretamente pela manutenção e formação de suas regras formais. Ao definir a estrutura de propriedade sobre o que é produzido, condiciona desde o início a “*performance*” das economias. A própria definição de Estado para North está umbilicalmente ligada à idéia de direitos sobre propriedade e regras de produção,

“For the purposes of this work, a state is an organization with a comparative advantage in violence, extending over a geographic area whose boundaries are determined by its power to tax constituents. The essence of property rights is the right to exclude, and an organization which has a comparative advantage in violence is in the position to specify and enforce property rights. [...] One cannot develop a useful analysis of the state divorced from property rights”^{xv} North (1981, pg.21).

Argumenta que as tradicionais teorias do Estado estão incompletas por não tratarem adequadamente da questão da evolução das formas de propriedade. A teoria do Estado marxista ou explorador, que atua defendendo os interesses das classes no poder, ignora os ganhos econômicos iniciais obtidos pelo pacto que faz surgir o Estado. A teoria contratualista, por sua vez, explica esses ganhos, mas menospreza a tendência de determinados grupos tomarem conta do Estado.

A dinâmica básica do modelo de estado proposto por North vem da interação das atitudes de um “*ruler*” e de seus “*constituents*”. O primeiro busca maximizar suas receitas a partir de regras que define sobre a propriedade e a produção dos “*constituents*”. Esses, por sua vez, cedem parte de seus direitos ao Estado em troca de serviços como proteção e justiça. O limite de submissão dos “*constituents*” ao “*ruler*” vem do custo de oportunidade enfrentado pelos mesmos

de se manter sob a égide de um dado “*ruler*“. Se por algum motivo, outro Estado - ou algum arranjo dentro do próprio - for capaz de oferecer os mesmos serviços a um custo tributário menor, haverá a tendência de dissolução do governo e deposição do “*ruler*” (North 1981, pg.23).

Dessa dinâmica resultará a estrutura de propriedade da economia. Será mais eficiente - discutiremos esse conceito com o devido cuidado mais adiante - quanto maior for o poder dos “*constituents*” em restringir as atividades de taxaço dos “*rulers*”. Será ineficiente, quanto maior a força dos governos em impor regras de apropriação dos excedentes que resultem em desestímulo à produção de riqueza. Como aponta North,

“From the redistributive societies of ancient Egiptian dynasties troughout the slavery system of Greek and Roman world to the medieval manor, there was persistent tension between the ownership structure which maximized the rents to the ruler (and his group) and an efficient system that reduced transaction costs and encouraged economic growth. The fundamental dichotomy is the root cause of the failure of societies to experience sustained economic growth...”^{xvi} (North 1981, pg.25).

Ao definir as instituições formais no modelo, o estado determina “*the fundamental rules of competition and cooperation which will provide a structure of property rights (that is, specify the ownership structure in both factor and product markets) for maximizing the rents accruing to the ruler ... [and] reduce transaction costs in order to foster maximum output of the society and, therefore, increase tax revenues accruing to the state*”^{xvii} (North 1981, pg.24). É somente a partir do estudo do funcionamento do sistema político que podemos entender a origem e a dinâmica das regras formais em uma sociedade.

É importante frisar que North parte de um modelo simples, desenvolvido no texto de 1981, para entender a dinâmica básica entre a esfera política e econômica

das sociedades. No texto de 1990, enriquece sua análise, estendendo o modelo para formas de estado com vários grupos de interesse e não um simples “ruler”; tocando inclusive na questão da evolução dos sistemas políticos para formas democráticas. Não é de nosso interesse aqui desenvolver todas essas idéias. Basta reter seu ponto principal que está na análise da interação entre a política e a economia. Vejamos.

Um sistema político ideal seria aquele que produzisse uma estrutura de propriedade que maximizasse o produto econômico de uma sociedade. Seria portanto um sistema capaz de produzir uma estrutura eficiente de propriedade como veremos abaixo - um sistema político eficiente. Destaca que a democracia é um grande avanço nesse sentido, mas não constitui, necessariamente, uma situação destas, alertando para os perigos da transposição da lógica econômica para o mercado político. A democracia não equivale, na política, aos mercados competitivos em economia (North 1990, pg.51). Argumenta que a imperfeição do mercado político está na base da constituição de instituições econômicas ineficientes. Defende que os custos de transação também são altos na política, dificultando um funcionamento adequado do sistema (North 1990, pg.109). Apesar de não ter uma teoria completamente pronta sobre esse tema, sugere pontos relevantes, apontando o caminho que acredita ser o correto. Nos diz,

“The polity and the economy are inextricably interlinked in any understanding of the performance of an economy and therefore we must develop a true political economy discipline. A set of institutional constraints defines the exchange relationships between the two and therefore determines the way a political/economic system works”^{xviii} (North 1990, pg.112).

O conceito de eficiência e o sistema de propriedade

O conceito chave para o entendimento da prosperidade proposta por North é o de *instituições eficientes*. O autor define, já no livro de 1973, um arranjo institucional deste tipo: *capaz de igualar o retorno privado ao retorno social das atividades econômicas dos agentes de uma dada sociedade*. Uma matriz institucional eficiente será aquela capaz de estimular um agente ou organização a investir numa atividade individual que traga retornos sociais superiores a seus custos sociais. A chave para tal arranjo de sucesso está em estabelecer um sistema de propriedade bem definido e acompanhado de um aparato de “*enforcement*” eficaz. Em suas palavras,

“Efficient organization entails the establishment of institutional arrangements and property rights that create an incentive to channel individual economic effort into activities that bring the private rate of return close to the social rate of return. [...] Private benefits or costs are the gains or losses to an individual participant in any economic transaction. Social costs are those affecting the whole society. A discrepancy between private and social benefits or costs means that some third party or parties, without their consent, will receive some of the benefits or incur some of the costs. Such a difference occurs whenever property rights are poorly defined or are not enforced”^{xix} (North e Thomas 1973, pgs.1-2) [grifos nossos].

Ao definir e garantir direitos de propriedade, arranjos eficientes levarão organizações e indivíduos a investir em atividades economicamente produtivas, notadamente na acumulação de capital e conhecimento. Por várias vezes e em vários de seus textos, North dá exemplos específicos dessas formas institucionais e organizacionais: “*Joint stock companies, corporations... prizes, patent laws... enclosures, bills of exchange, the abolition of serfdom... insurance companies*”^{xx}

(North e Thomas 1973, pg.5 - para uma descrição mais detalhada ver também North 1997, pgs. 27-29). Vejamos um pouco mais acerca da evolução dessa idéia na obra de North.

No seu texto de 1973, ainda tem uma visão simplista do surgimento das formas de propriedade. Argumenta que cálculos de custo benefício de criação e manutenção estariam por trás da definição das mesmas, em outros termos, relações de escassez ou abundância de fatores de produção determinariam em cada caso a estrutura de propriedade (North 1990, pg.51). Já na obra de 1981, amplia seu raciocínio, abrindo espaço para as formas de governo determinarem a estrutura de propriedade. Como vimos acima, da interação entre os governantes e seus governados resultaria a base legal determinante dessa estrutura. Abandona, portanto, uma visão mais otimista, onde instituições eficientes surgiriam como respostas econômicas automáticas para adotar uma postura mais pessimista, onde governos, ao maximizar suas receitas tributárias, poderiam produzir arranjos institucionais ineficientes, em outros termos, sistemas de propriedade mal definidos.

Na obra de 1990 vai além. Amplia seu modelo de estado, para encontrar no mal funcionamento dos sistemas políticos atuais a causa do surgimento e persistência de arranjos de propriedade ineficientes. Soma a esse argumento a importância das ideologias, para então concluir que um arranjo eficiente depende, em última análise, da dinâmica política e cultural de uma sociedade. Nos diz,

“One gets efficient institutions by a polity that has built-in incentives to create and enforce efficient property rights. [And] informal constraints matter. We need to know much more about culturally derived norms of behavior and how they interact with formal rules to get better answer to such issues”^{xxi} (North 1990, pg.140).

Num outro plano, também percebemos uma evolução na idéia de eficiência para North. Trabalha inicialmente com um conceito de *eficiência produtiva*, “*como a capacidade de se gerar um certo arranjo institucional que maximize a produção, dado um certo estoque de recursos e tecnologia*” (Moraes Junior 2000, pg.10) - como visto acima, idéia fortemente presente nos livros de 1973 e 1981. Introduz no texto de 1990 um conceito mais elaborado, *eficiência adaptativa*. Uma sociedade será mais eficiente quanto maior for sua capacidade de se adaptar a adversidades ao longo do tempo (Moraes Junior 2000, pg.10). Migra, portanto, de uma concepção estática de eficiência para uma dinâmica,

“Adaptative efficiency [...] is concerned with the kinds of rules that shape the way an economy evolves through time. It is also concerned with the willingness of a society to acquire knowledge and learning, to induce innovation, to undertake risk and creative activity of all sorts, as well as to resolve problems and bottlenecks of the society through time”^{xxii} (North 1990, pg.80).

O Modelo de 1990

Por fim, chegamos ao cerne da contribuição do autor. No texto “*Institutions, Institutional Change and Economic Performance*”, North finalmente atinge seu objetivo. Se descola da história, para enunciar um modelo - mais fechado - do desenvolvimento econômico. Segundo suas palavras (North 1990, pg.7), encontra a resposta teórica que procurava. Em nossos termos, opera sua transição final da análise histórica para a teórica. Como destaca Sebastião Velasco e Cruz no estudo que faz sobre Douglass North,

“Não se tratará mais de responder à questão da mudança econômica em uma dada quadra histórica (desafio que o levou ao encontro das instituições e ao reconhecimento de sua eficácia), mas de formular um quadro de referência

teórico que nos permita decifrar a natureza das instituições, especificar as suas consequências e explicar os processos através dos quais elas se transformam” (Velasco e Cruz 2001, pg.5).

Abandona o estudo da evolução das instituições como a forma histórica pela qual os homens estabeleceram a ordem social. Amplia o “*insight*” de Ronald Coase – “*when it is costly to transact, institutions matter*” (North 1990, pg.12) - para teorizar sobre as reduções de custos de transação que instituições trazem para um sistema econômico em termos hipotéticos. Alguns comentários importantes antes de entrar no modelo propriamente dito.

Ao longo do percurso, percebemos que a busca do entendimento do progresso econômico em North se mistura com a busca pela compreensão da evolução das instituições que levam a esse progresso. Para o autor, estudar o desenvolvimento econômico significa, portanto, estudar o desenvolvimento institucional. Não à toa, sua obra mais importante se preocupará em entender a dinâmica institucional das sociedades. Após 20 anos de trabalhos e estudos, conclui que não é possível entender a evolução e o progresso das sociedades sem uma teoria das instituições.

Apesar de discursar num nível altamente teórico, faz questão de aplicar sua proposta, ao longo do texto, para análises históricas. Discute a evolução da economia norte-americana no século XIX (North 1990, pg.8), o papel da “Northwest Ordinance” que regulou a ocupação das terras do Oeste nos Estados Unidos ainda no século XVIII (North 1990, pg.97), a dissolução do Feudalismo (North 1990, pg.89 e pg.96), a permanência – até os dias atuais - de economias regionais primitivas como o *Suq* (North 1990, pg.123), as diferentes trajetórias históricas da América do Norte e América Latina (North 1990, pg.103 e pg.113), o impacto da revolução Gloriosa na história inglesa (North 1990, pg.139), entre outras.

Vejamos então o modelo que propõe. Vale notar que o grau de abstração adquire agora níveis perigosos.

Incerteza

O conceito mais fundamental ou primário do modelo é a incerteza. A existência desta, argumenta o autor, impossibilita ou dificulta enormemente a possibilidade de transações econômicas entre pessoas. North está aqui primordialmente preocupado com situações de imperfeição de informação presentes nos “*settings*” de escolha e de interação dos agentes.

Não é completamente explícito a respeito do tipo de incerteza com que os agentes se deparam. Por momentos (North 1990, pg.25) podemos considerar que o autor tem basicamente uma visão de incerteza epistemológica como definida por Davidson (1995, pg.5), significando que os agentes não possuem as capacidades mentais e computacionais para conhecer e processar todas as informações pertinentes à sua tomada de decisão. Prova desta postura está em sua defesa de uma racionalidade processual do tipo Herbert Simon, em geral associada a esse primeiro tipo de caracterização de incerteza (no que Dequech 2001(a), pg.6 tipifica incerteza procedimental ou processual).

Mais recentemente (North 1999, pg.16), encontramos claros indícios de que North tem em mente uma noção mais forte de incerteza, não se referindo apenas a problemas computacionais dos agentes mas sim a uma situação de realidades mutáveis. Poderíamos aí então considerar esse tipo de incerteza como ontológica nos moldes da definição de Davidson (1995, pg.14) - em outros termos, a relevância do conceito de não-ergodicidade no “*setting*” informacional dos agentes (Para uma discussão mais detalhada sobre esse assunto ver Dequech 2001(b) e North 1994, pg.5).

Seja ontológica, seja epistemológica, o que interessa é a utilidade do conceito de incerteza para o ferramental de North. Ao impedir que os agentes

conheçam todo seu rol de possibilidades de escolha de forma *ex ante*, esta torna-se responsável por interrupções ou “mal funcionamento” das transações econômicas, fazendo com que os agentes sejam incapazes de atingir soluções ótimas a partir de suas decisões.

Custos de Transação

Nesta parte do modelo, North reduz o grau da abstração de seu discurso, para explicitar o que de fato o interessa derivar do conceito de incerteza: os custos de transação.

Grosso modo, estes se dividem em dois. Custos de “*measurement*” e de “*enforcement*”. O primeiro relaciona-se à dificuldade dos agentes em conhecer de fato o objeto da transação em curso (North 1990, pg.29). Tem, obviamente, um quê da literatura dos problemas de assimetria de informação, notadamente da linhagem Akerlof e “*The Market for Lemons*”. O ponto crucial aqui está na impossibilidade do conhecimento da qualidade do produto de forma *ex ante* pelo agente comprador em uma transação; fato que, no limite, pode abortar a troca, anulando possíveis ganhos de comércio.

Os custos de “*enforcement*”, por sua vez, referem-se à incerteza que os agentes têm sobre a propriedade do bem a ser trocado (North 1990, pg.32) e, portanto, relacionam-se a problemas de legitimidade da transação a ser efetuada. A preocupação aqui se volta a transações complexas que envolvem bens consumidos e produzidos ao longo do tempo e não meramente a trocas simples e únicas. Se algum tipo de arcabouço de proteção não estiver presente de forma a minimizar esse tipo de incerteza, veremos que, novamente, as trocas entre agentes não serão possíveis.

Enfim, a partir desses dois conceitos, North procura mostrar a dificuldade enfrentada pelos agentes econômicos por conta da existência de incerteza. A partir daí, introduz o conceito de instituições, que será a base de todo seu modelo. Estas,

ao reduzirem os custos de transação, atenuando o problema da incerteza, facilitarão a coordenação econômica e social. Em suas palavras,

“The costliness of information is the key to the costs of transacting, which consist of the costs of measuring the valuable attributes of what is being exchanged and the costs of protecting rights and policing and enforcing agreements. These measurement and enforcement costs are the sources of social, political, and economic institutions”^{xxxiii} (North 1990, pg.27) [grifos nossos].

Uma nota aqui já se faz importante. Não há nada que garanta, para North, uma evolução institucional que aumente a eficiência das economias. Voltaremos a este ponto.

Instituições

Chegamos ao cerne do modelo. Na presença de incerteza e para superar os custos de transação surgem as instituições. Desde os primórdios até hoje, indivíduos interagem a partir de regras. Somente a partir do surgimento destas, é possível entender a organização das sociedades.

“Institutions reduce uncertainty by providing a structure to everyday life. They are a guide to human interaction, so that when we wish to greet friends on the street, drive an automobile, buy oranges, borrow money, form a business, bury our dead, or whatever, we know (or can learn easily) how to perform these tasks”^{xxxiv} (North 1990, pg.3).

O nível de abstração do conceito de instituição é de fato surpreendentemente alto. Uma regra ou norma que rege a interação entre indivíduos pode ter infinitos significados. Desde convenções, leis e constituições

até códigos de conduta, passando pela esfera religiosa, social, política e econômica; perdemo-nos num mar de possibilidades. Para tornar o conceito mais útil, devemos reduzir seu nível de abstração, como faz North. Aplica-o de forma específica no campo da economia, notadamente na intermediação de interações econômicas entre agentes. Nessa linha podemos fazer a leitura de que as instituições representam uma restrição a mais para os agentes no curso de suas transações econômicas. Desta maneira, estaríamos, contudo, reduzindo demais seu papel no arcabouço de North. Como argumenta Dequech (2001, pg.8) as instituições podem jogar também um papel construtivo e não meramente restritivo na interação dos indivíduos. Fiquemos, enfim, num meio termo entre o reducionismo de acrescentar instituições à restrição decisória dos agentes e o exagero de que toda regra entre pessoas é uma instituição relevante.

Importante também, além dessa postura e do foco nas instituições econômicas, é a divisão destas em formais e informais. Sendo as primeiras leis e constituições formalizadas e escritas, em geral impostas por um governo ou agente com poder de coerção (North 1990, pg.46), e as segundas normas ou códigos de conduta, formados em geral no seio da própria sociedade (North 1990, pg.36).

Organizações

Chegamos agora ao conceito que gera a dinâmica do modelo. A partir dos estímulos oferecidos pela matriz institucional, surgirão diversas organizações que atuarão na busca de diversos objetivos. Temos aqui novamente uma definição com razoável grau de abstração. Para North, organizações são os principais agentes de uma sociedade e dentro desta categoria encontramos os mais diversos entes,

“Organizations include political bodies (political parties, the Senate, a city council, a regulatory agency), economic bodies (firms, trade unions, family farms, cooperatives), social bodies (churches, clubs, athletic associations), and

educational bodies (schools, universities, vocational training centers). They are groups of individuals bound by some common purpose to achieve objectives^{xxv} (North 1990, pg.5).

Para melhor explicar o papel destas no modelo, o autor lança mão da metáfora dos jogos esportivos. Se as instituições são as regras do jogo, as organizações representam os diversos times que disputam o campeonato da sociedade. North não se aprofunda muito no porquê do surgimento das organizações, se limitando a fazer algumas referências aos trabalhos de Coase, Barzel e Williamson - que grosso modo explicam o surgimento destas como respostas ótimas à existência de custos de transação. Sua preocupação principal está em criar uma nova categoria de análise que possa introduzir dinâmica no sistema ao interagir com a matriz institucional - *“conceptually, what must be clearly differentiated are the rules from the players”*^{xxvi} (North 1990, pg.4).

Originalmente, as organizações surgem do *“framework”* institucional de uma sociedade num momento do tempo. Daí por diante, passam a interagir com outras organizações, com as próprias instituições e com as tradicionais restrições da teoria econômica. Dessa interação resulta a *“economic performance”* das diversas sociedades bem como sua evolução institucional. Vejamos isso com mais detalhe.

Ao longo do processo histórico, as diversas organizações podem investir seus esforços das mais variadas maneiras, sempre buscando na margem os maiores *“pay offs”* para suas ações. Podem investir em atividades econômicas socialmente produtivas - como em novas tecnologias de produção - podem investir em atividades redistributivas - como por exemplo na formação de monopólios. Podem ainda investir na própria alteração das regras do jogo, mudando, portanto, a matriz institucional sob a qual estão operando (North 1990, pg.78). Nada garante, entretanto, que estes investimentos sejam socialmente ótimos ou que exista algum mecanismo capaz de levá-los ao longo do tempo a uma situação eficiente.

A partir deste amplo processo de interação entre instituições e organizações, North procura entender a evolução das sociedades. Novamente um enorme esforço de abstração que visa explicar o máximo de situações históricas possíveis. Não à toa encontramos ao longo do texto de 1990 referência, entre outras, às seguintes organizações: “*Máfia*”, “*General Motors*”, “*Merchant Adventures*”, “*Manors*”, “*Pirates*”, “*Chemical manufacturer*” do século XX.

Ainda a respeito dessa interação, vale a pena mencionar a comparação que North faz da indústria química do início do século XX com atividades de piratas ao longo da história. Os primeiros, ao gerar demanda por novos conhecimentos estariam engajados em atividades produtivas e os segundos, ao saquear e roubar, estariam privilegiando atividades redistributivas. A explicação para o comportamento de ambos estaria nos incentivos contidos na matriz institucional de suas sociedades.

“If the basic institutional framework makes income redistribution (piracy) the preferred (most profitable) economic opportunity, we can expect a very different development of knowledge and skills than a productivity-increasing (the twentieth century chemical manufacturer) economic opportunity would entail. Extreme examples, yes, but as ideal types they do typify much of economic history. The incentives that are built into the institutional framework play the decisive role in shaping the kinds of skills and knowledge that pay off”^{xxvii} (North 1990, pg.78).

A Dinâmica da Matriz Institucional

Num nível mais baixo de abstração, encontramos o conceito de matriz institucional. Esta, ao abrigar as instituições - formais e informais - de uma sociedade num momento específico do tempo, será responsável por definir o vetor de estímulos para os diversos agentes sociais, especialmente os envolvidos em atividades econômicas. Em grande parte, a história das sociedades se resume, para

North, na evolução de suas matrizes institucionais e suas decorrentes consequências econômicas, políticas e sociais.

O conceito de matriz institucional procura dar operacionalidade à teoria pois apresenta-se de forma mais concreta. Para entendermos o desempenho de diversas sociedades ao longo da história basta analisarmos a dinâmica de suas matrizes institucionais (North 1990, pg.5).

Já vimos que os principais agentes de mudança no modelo de North são as organizações. É partir destas também que podemos entender a dinâmica institucional que North propõe. Para maximizar o retorno de suas atividades, organizações investem, na margem, em atividades econômicas ou políticas. Ao se depararem com mudanças de preços relativos e preferências – ou algum tipo de mudança exógena ao ambiente econômico - têm duas opções para capturar novas oportunidades de ganho: rearranjar a relação de insumos e produtos com que trabalham sem alterar a matriz institucional sob a qual operam ou investir esforços para mudar essa matriz de modo a poder capturar tais ganhos decorrentes de mudanças no ambiente.

O grau de abstração dessa idéia é elevado. Em termos mais concretos, uma organização, ao operar, afeta variáveis políticas e econômicas. Quando seu cálculo de custo-benefício levá-la a atuar na esfera política, isto é, alterar leis, contratos e normas, assistiremos a uma mudança institucional. Para melhor explicitar essa concepção, North introduz a noção de equilíbrio institucional (North 1990, pg.86). Uma dada sociedade estará nesse equilíbrio quando, dada as condições correntes, nenhum de seus agentes (organizações) tiver estímulo para alterar as regras formais e informais (intituições) sob as quais essa sociedade opera.

“Institutional equilibrium would be a situation where given the bargaining strength of the players and the set of contractual bargains that made up total economic exchange, none of the players would find it advantageous to devote resources into restructuring the agreements”^{xxviii} (North 1990, pg.86).

O segundo conceito essencial para a dinâmica institucional de North é o “*path dependence*”. Desenvolvida pelos trabalhos de Paul David e Brian Arthur, essa idéia procura demonstrar como soluções ineficientes podem persistir, mesmo que escolhidas por agentes racionais. Por conta de retornos crescentes, a escolha de uma tecnologia menos eficiente num dado momento do tempo acaba se tornando ótima quando o sistema é dinamizado. Em outros termos, a história do processo adquire relevância.

Como nos mostra North (1990, pg.94), os mecanismos *self-reinforcing* de Arthur ocorrem devido a quatro motivos principais: i) altos custos de *set-up* , ii) efeitos de aprendizado, iii) efeitos de coordenação e iv) expectativas adaptativas. A consequência dos mesmos é, na sequência: i) possibilidade de múltiplos equilíbrios, ii) possibilidade de equilíbrios ineficientes, iii) *lock in* e iv) “*path dependence*”.

“There are large initial setup costs when the institutions are created de novo as was the U.S. Constitution in 1787. There are significant learning effects for organizations that arise in consequence of the opportunity set provided by institutional framework [...] There will be coordination effects directly via contracts with other organizations and indirectly by induced investment through the polity in complementary activities. [...] Adaptative expectations occurs because increased prevalence of contracting based on a specific institution will reduce uncertainties about the permanence of that rule. In short, the interdependent web of an institutional matrix produces massive increasing returns”^{xxix} (North 1990, pg.95).

A consequência dessa concepção da dinâmica institucional é a de que mudanças ocorrem de forma gradual, ao alterar na margem a estrutura de regras das sociedades. O próprio conceito de retornos crescentes realça a idéia de que

uma vez numa trajetória, maior a tendência de permanência na mesma. A partir desse conceito, North procura confrontar a idéia otimizante de evolução institucional presente na proposta de Armen Alchian (para mais detalhes, ver North 1990, pg.92). O início de um processo tem papel fundamental sobre o curso de seus acontecimentos. Com o passar do tempo, instituições ineficientes não sucumbem do mesmo modo que tecnologias menos eficientes conseguem superar suas rivais. As decisões tomadas no passado têm, portanto, forte influência sobre as possibilidades do presente. Como diz North, antes de tudo um historiador econômico, “*history matters*” (North 1990, pg.100).

Finalmente estamos em condições de enunciar o coração da teoria de mudança institucional proposta por North. Aliando as idéias apresentadas acima aos recortes teóricos que vínhamos discutindo, surge a seguinte engrenagem:

“We can conceive of the process as a circular flow, in which we have initial perceptions of what reality constitutes. Those perceptions in turn lead to the construction of a set of beliefs, ideologies to explain that reality and to explain the way that we should behave. That in turn leads to the creation of an institutional structure, or an institutional matrix, which than shapes our “world“. And as our beliefs about that reality incrementally change, we enact policies that incrementally modify that institutional structure. An incremental change is always constrained by path dependence. That is, the existing institutions constrain our choices. As we make those choices which are incrementally altering policy, we are changing reality. And in changing reality, we are changing in turn the belief system we have. That circular flow has gone on ever since human beings began to try to shape their destiny”^{xxx} (North 1999, pg.15).

O Desempenho Econômico

Vejamos então como fica a “Teoria Geral” proposta por North (para uma formulação semelhante ver Eggertsson 1998, pgs.8-11 e Garcia et al 1999, pgs.9-10) :

- O ambiente econômico e social dos agentes é permeado por **incerteza**.
- A principal consequência dessa incerteza são os **custos de transação**. Estes podem ser divididos em problemas de “*measurement*” e “*enforcement*”.
- Para reduzir os custos de transação e coordenar as atividades humanas, as sociedades desenvolvem **instituições**. Estas são um contínuo de regras com dois extremos: formais e informais.
- O conjunto destas regras pode ser encontrado na **matriz institucional** das sociedades. A dinâmica dessa matriz será sempre “**path-dependent**”.
- A partir desta matriz, definem-se os estímulos para o surgimento de **organizações** que podem ser econômicas, sociais e políticas.
- Estas interagem entre si, com os recursos econômicos - que junto com a tecnologia empregada definem os “*transformation costs*” tradicionais da teoria econômica - e com a própria matriz institucional - que define os “*transaction costs*” - e são, portanto, responsáveis pela **evolução institucional** e pelo **desempenho econômico** das sociedades ao longo do tempo.

Nas palavras do autor,

“Institutions provide the basic structure by which human beings throughout history have created order and attempted to reduce uncertainty in exchange. Together with the technology employed, they determine transaction and transformation costs and hence the profitability and feasibility of engaging in economic activity. They connect the past with the present and the future so that

history is a largely incremental story of institutional evolution in which the historical performance of economies can only be understood as a part of a sequential story^{xxx} (North 1990, pg.118).

II - A Retórica Neoclássica

Chegamos agora à principal etapa de nosso texto. Neste capítulo, faremos uma análise retórica de Douglass North. Em busca de uma resposta para a *hipótese* que levantamos no início do trabalho, abordaremos sua contribuição sob um prisma diferente. Nossa preocupação passa a ser então entender melhor a aceitação de suas idéias pelos economistas. Objetivaremos, portanto, analisar como “a escolha da estratégia de argumentação pode ajudar a explicar porque uma teoria é bem sucedida” (Anuatti Neto 1994, pg.1).

A tradição de análises retóricas é relativamente recente na economia. Nos Estados Unidos, tendo seu principal representante em D. McCloskey - a partir de seu paper seminal de 1983, “*The Rhetoric of Economics*”, no *Journal of Economic Literature* - e no Brasil, a partir da publicação do texto “*A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica*” de Pécio Arida, também em 1983.

Evidentemente, a questão da retórica em economia não se resume a esse período. Desde seu papel na obra de Adam Smith, que dava aulas de retórica antes de se voltar à economia, passando por sua importância no trabalho de Keynes e na revolução keynesiana, parece bastante difícil entender a superação de controvérsias na História do Pensamento Econômico sem o reconhecimento do papel da retórica (Arida 1996, pg.35). Por outro lado, o tema da utilização desta para o progresso da ciência econômica é controverso (Fernández 1996, pg.151). Para nosso intuito, bastará uma brevíssima introdução ao assunto antes de analisar a retórica de Douglass North propriamente dita.

Para os assim chamados partidários da retórica, perguntar se o uso desta é nocivo ao conhecimento humano constitui-se num falso problema. Qualquer forma de comunicação tem implícita uma retórica - boa ou ruim. Como bem aponta McCloskey, uma utilização preconceituosa desse termo esteriliza sua maior

contribuição, a saber, a busca da “grande razão” através da conversa e do debate: *“Não minta. preste atenção, não burle; coopere; não grite; deixe que falem os demais; seja imparcial; explique-se quando perguntarem; não recorra à violência ou à conspiração em ajuda de suas idéias”*... são regras que fazem parte da *Sprachethik* como diz McCloskey inspirando-se no filósofo alemão Jurgen Habermas (McCloskey 1996, pg.66). Para seus críticos, o recurso excessivo a técnicas de persuasão desvirtua a atividade científica na medida em que perde de vista a busca da verdade em detrimento do convencimento.

Segundo a abordagem “otimista”, a conversa, a discussão, o debate, enfim, a boa retórica, constitui-se num possível caminho de avanço do conhecimento. Boa conversa significa boa ciência (McCloskey 1996, pg.69). A retórica é, portanto, entendida do ponto de vista de Aristóteles, como algo construtivo (Rego 1996, pgs.135-136 e McCloskey 1996, pgs.71-72), jogando papel importante na busca da verdade. Contribui para o aumento da “razoabilidade” científica através da discussão, opondo-se claramente *“a idéia de que retórica é o oposto da lógica”* (Fernández 2000, pg.3), significando retórica, portanto, *“pensamento explorado pela conversação”* nos termos de McCloskey - de outra maneira, uma retórica filosófica (Anuatti Neto 1994, p.13).

Na visão pessimista, a retórica busca convencer e persuadir e não a verdade. Nesse sentido, boas teorias serão aquelas convincentes e, portanto, capazes de converter a maioria dos cientistas. Nas palavras de Paulani (1996) ao criticar as idéias de McCloskey,

“... pois a função das teorias e hipóteses científicas não é a busca da quinta roda inoperante [a verdade]; a causa de sua existência é serem persuasivas, interessantes, razoáveis, terem apelo. Assim, boa teoria é a teoria que convence mais, que persuade a platéia e os interlocutores. Tornando-nos todos vítimas, assim, dos magos da retórica, por piores que possam ser suas intenções” (Paulani 1996, pg.109).

Como nos mostram Aldrighi e Salviano Jr. (1996), muitas das técnicas retóricas podem, por vezes, ser completamente nocivas à boa ética científica, “... a mera consulta a um manual de retórica permite concluir que há muitas figuras retóricas cujo uso conflita com os ideais de clareza e honestidade que McCloskey subscreve” (Aldrighi e Salviano Jr.1996, pg.90). A retórica é vista com destaque para sua conotação negativa, “um engano verbal, como na “retórica vazia”, ou em “mera retórica” (McCloskey 1996, pg.70). Privilegia-se assim seu aspecto agonístico, onde seus praticantes visariam a “participar de um campeonato na arte de persuadir” (Paulani 1996, pg.109) – como também mostra Rego (1996) ao analisar a origem dessa discussão com Górgias, Sócrates e Platão. Na caracterização apresentada por Anuatti Neto (1994, p.12), uma retórica sofista.

A controvérsia não é facilmente solucionável. Como bem apontam Bianchi e Salviano Jr. (1996), no limite parece bastante difícil conciliar as posições de discurso persuasivo de um lado e conversa civilizada de outro. “*Querer convencer e querer dizer a verdade não são incompatíveis, mas também não são substitutos*” (Bianchi e Salviano Jr. 1996, pg.175). Menos controversa é a questão da utilidade de estudos retóricos para a compreensão do avanço da ciência econômica. Como nos mostra Arida(1996) ao analisar, por exemplo, o sucesso do programa de pesquisa neoclássico,

“A reavaliação ainda que sumária das controvérsias que firmaram o programa neoclássico de pesquisa mostra que a resolução destas controvérsias foi determinada pela superioridade de procedimentos retóricos, de um lado, e pelo vigor comparativo dos programas por outro. Em nenhuma das controvérsias o recurso à evidência empírica desempenhou papel predominante. Inexistiam regras comuns de validação; a “verdade” do programa neoclássico estabeleceu-se por motivos estranhos ao modelo hard science” (Arida 1996, pg.24) [grifos nossos].

No que segue, o capítulo divide-se em duas seções. Na primeira, fazemos uma análise do estilo de exposição e comunicação do autor. Na segunda, mostramos algumas das figuras e formas clássicas de retórica utilizadas por North a partir da lista sugestiva construída por Arida (1983). Essa divisão, mesmo que arbitrária, tem um objetivo prático. Visa separar uma análise de formas e figuras retóricas mais gerais, como faz McCloskey em seu trabalho sobre Fogel, de uma aplicação mais específica destas à análise da ciência econômica, como faz Arida em seu texto sobre a história do pensamento econômico. Concentraremos nossa análise no texto de 1990, "*Institutions, Institutional Change and Economic Performance*". Talvez a mais conhecida e divulgada, essa obra representa a fase madura de North. Como já vimos, aí encontra-se a resposta teórica de seu projeto de pesquisa.

Douglass North como Retórico

Identificamos já a partir da primeira parte do texto uma forte *estratégia de persuasão*. Ao começar a descrever suas idéias e contribuições, o autor recheia as primeiras páginas do livro com fartos movimentos persuasivos. Desde a utilização de clássicas figuras como a *paramologia* e a *metáfora*, passando por argumentos de erudição e de cientificidade (voltaremos a esses pontos mais adiante), North tem muito cuidado ao apresentar suas idéias. Vejamos abaixo como o autor nos tenta convencer da possibilidade de integração do instrumental institucionalista à teoria neoclássica e de como estudar instituições representa algo relevante.

Inicialmente, faz questão de apresentar seu "aparato" como complementar à economia neoclássica - essa escola constitui seu principal público alvo ao longo do livro já que se refere a ela recorrentemente. Apresenta, em seguida, a possível omissão da mesma em relação à incorporação de algum instrumental do tipo institucionalista de forma branda, como uma "não apreciação". Diz o autor:

“Yet, neither current economic theory nor cliometric history shows many signs of appreciating the role of institutions in economic performance because there as yet has been no analytical framework to integrate institutional analysis into economics and economic history. The objective of this book is to provide such an underlying framework”^{xxxii} (North 1990, pg.3) [grifos nossos].

Segue insistindo na tentativa de integrar a teoria vigente às suas idéias. Diferentemente de Keynes, que ampliou suas diferenças com Marshall como estratégia persuasiva (Anuatti Neto 1994, pg.194), observamos que North prefere adotar “uma estratégia retórica de minimizar divergências e maximizar semelhanças” como tipifica Anuatti Neto (1994, pg.179). Nas duas primeiras páginas do livro utiliza as palavras complementaridade, reconciliação na sequência e integração por duas vezes afirmando, claramente, perto do final da primeira seção,

“Defining institutions as the constraints that human beings impose on themselves makes the definition complementary to the choice theoretic approach of neoclassical economic theory”^{xxxiii} (North 1990, pg.5).

Apesar de definir objetivamente o que entende ser os postulados da teoria neoclássica (North 1990 pg.19), parece transformá-la, ao longo da obra, num *ente* com funcionalidade retórica. Ao dialogar no texto com esse “ser”, facilita a compreensão de sua platéia. Ao tentar “se conciliar” com os “neoclássicos”, nos faz lembrar de Keynes que “inventou” os clássicos para polemizar (Arida 1996, pg.40). Há sempre a preocupação em North, caracterizadora da boa persuasão (Perelman e Tyteca 2000, pgs.18-19), de obter uma identificação com seu público ou audiência.

Já no primeiro capítulo, North apresenta suas idéias se referindo explicitamente à teoria neoclássica (North 1990, pg.3). É fato que o autor também se diz preocupado com a leitura do público não economista, principalmente de cientistas sociais (North 1990, pg.viii). Também é fato que por momentos North “conversa” com a teoria marxista e com historiadores em geral. Mas o núcleo de sua obra direciona-se primordialmente para a “*current economic theory*” e “*cliometric history*”, em seus próprios termos.

Boa prova dessa postura, encontra-se na análise do capítulo 2. O autor gasta 6 páginas para analisar e resenhar o que havia de mais recente em teoria dos jogos - por que não resenhar a teoria marxista? - para depois concluir que nenhuma destas empreitadas havia trazido grandes avanços. Ora, se estas teorias não apresentaram resultados tão promissores, por que então apresentá-las, senão como uma maneira de convencer o leitor - neoclássico - a respeito disso? A partir de uma leitura mais atenta, podemos identificar o cuidado do autor em conversar com o leitor a respeito de uma teoria que será ainda apresentada. Sempre levando em consideração prós e contras e analisando outras alternativas, North procura mostrar a relevância de sua proposta.

Apesar desse movimento insistente de conciliação, percebemos, ao longo do livro, que a complementaridade entre a teoria de North e a escola neoclássica, é no mínimo, controversa. Sem nos aprofundar muito, podemos citar dois dos principais pilares do pensamento de North que podem ir contra a teoria neoclássica - tomando por base a definição de Mario Possas (1997, pg.15 e pg.34):

i) A defesa de uma teoria de racionalidade “processual” como desenvolvida por Herbert Simon (1986) - que também possa incluir de alguma forma cooperação e altruísmo. A não aceitação da racionalidade substantiva ou “*rational choice*”.

ii) A utilização de uma teoria de múltiplos equilíbrios e retornos crescentes, fortemente baseada no conceito de “*path dependence*” como desenvolvida por Brian Arthur e Paul David.

North prefere começar o trabalho sem dar destaque a essas divergências que só serão encontradas ao longo do texto. A passagem abaixo, retirada já do final do livro, ilustra a mudança de postura em relação ao instrumental neoclássico, marcando de maneira muito mais explícita a posição do autor:

“The cliometric contribution was the application of a systematic body of theory - neoclassical theory - to history and the application of sophisticated, quantitative techniques to the specification and testing of historical models. ...[] However, we have paid a big price for the uncritical acceptance of neoclassical theory. Although the systematic application of price theory to economic history was a major contribution, neoclassical theory is concerned with the allocation of resources at a moment of time, a devastatingly limiting feature to historians whose central question is to account for changes over time. Moreover, the allocation was assumed to occur in a frictionless world, that is, one in which institutions either did not exist or did not matter. These two conditions gave away what economic history is really all about: to attempt to explain the diverse patterns of growth, stagnation, and decay of societies over time, and to explore the way in which the frictions that are the consequences of human interaction produce widely divergent results”^{xxxiv} (North 1990, pg.131).

No trecho abaixo, que resume sua proposta, parece também não haver grande convergência de idéias. Apesar de North insistir na integração dos instrumentais, não parece fácil encontrar compatibilidade entre os conceitos que sugere e o ferramental neoclássico,

“Integrating institutional analysis into economics and economic history is redirecting emphasis, but not abandoning the theoretical tools already developed. Redirecting the emphasis entails modifying the notion and implications of rationality, incorporating ideas and ideologies into our analysis, explicitly studying the costs of transacting for the functioning of political and economic markets, and understanding the consequences of path dependence for the historical evolution of economics”^{xxxv} (North 1990, pg.135).

Ao levantar alguns temas teóricos controversos, como por exemplo o problema da convergência entre países pobres e ricos, North se limita a dar parcos contra argumentos de abrangência, ressaltando, porém, as virtudes desse modelo, como veremos mais abaixo. Inicia uma crítica, mas interrompe-a rapidamente para dar o que se poderia chamar de uma “reviravolta retórica”. Ao invés de atacar seu público, os neoclássicos, em seus pontos fracos, opta por fazer uma discussão de toda sua trajetória intelectual ao longo de seus últimos 17 anos. Vemos aqui a clássica construção do *ethos*, ou a apresentação do autor de tal modo que inspire confiança e credibilidade ao leitor. Como bem aponta McCloskey (1998, pg.7) e os manuais de retórica gregos, não há como persuadir sem que o público confie no orador ou escritor.

O estabelecimento de um *ethos* - seja consciente ou inconscientemente - é essencial para qualquer boa persuasão. Como nos mostra Crowley (1999) em seu livro “*Ancient Rhetorics*” o escritor ou orador deve se colocar perante a audiência de tal modo que inspire confiança. Para tanto, existem várias estratégias, desde a demonstração de boa vontade, passando pela honestidade intelectual e questões de reputação, entre outras. No caso de North, especificamente no primeiro capítulo que ora analisamos, encontramos um movimento explícito nesse sentido. Uma das principais estratégias de construção de *ethos* está em mostrar que o autor entende do assunto sobre o qual argumenta - que fez a lição de casa nos termos de Crowley (1999).

“Rethors can create a character that seems intelligent by demonstrating that they are informed about the issues they discuss... [] ... so in this case rethors must take special care to convince an audience that they are well informed ... [] He may do so by using language that suggests he is an “insider”, by sharing an anedocte that indicates he has experience or knowledge in a particular area, or by describing his qualifications”^{xxxvi} (Crowley 1999, pg.112) [grifos nossos].

Encontramos a seguinte passagem já no início da obra de North. Podemos ver a construção de seu “caráter” com base em honestidade intelectual e demonstração de conhecimento sobre o tema que estuda,

“Let me briefly retrace my steps in dealing with this central issue [evolution of institutions]. In North and Thomas (1973) we made institutions the determinant of economic performance and relative price changes the source of institutional change. But we had an essentially efficient explanation; changes in relative prices create incentives to construct more efficient institutions. The persistence of inefficient institutions, illustrated by the case of Spain ... [] Such an anomaly [the case of Spain] did not fit into the theoretical framework. In Structure and Change in Economic History (North 1981) I abandoned the efficiency view of institutions ... [] In that study I raised the question posed by Alchian’s evolutionary argument, but had no answer. [] It was possible to explain the existence of inefficient institutions, but why wouldn’t competitive pressures lead to their elimination?”^{xxxvii} (North 1990, pg.7) [grifos nossos].

Para finalizar o primeiro capítulo, North conclui com uma breve discussão histórica sobre a evolução dos Estados Unidos, contrastada a situação dos países de terceiro mundo hoje. Nesse ponto, aparece o apelo à erudição. O autor mostra, rapidamente, que conhece bastante sobre história econômica. Mais do que isso,

Quando se propõe a “bater de frente” com o modelo neoclássico, aparecem vastas utilizações dessa forma de argumentação. Num dado momento do texto, o autor define o que seria o melhor sumário das hipóteses comportamentais do modelo neoclássico (North 1990, pg.19). Segue desmontando as bases desses pressupostos nas páginas seguintes para depois concluir o capítulo com uma série de *admittances*. Abaixo reproduzimos os 7 pressupostos elencados inicialmente por North e introduzimos, na sequência, a resposta que o autor dá aos mesmos no final do capítulo. Na montagem abaixo, os parágrafos foram arranjados de modo a evidenciar esse movimento. Os grifos destacam a estratégia de concessão utilizada pelo autor para ganhar, em seguida, pontos principais que mais lhe interessam.

- I. *“The economic world is reasonably viewed in equilibrium”* (North 1990, pg.19) [modelo neoclássico] – *“For some purposes the concept of equilibrium is a valuable tool of analysis, but for most of the issues that we are concerned with there is not one equilibrium, but multiple equilibria that arise because there is a continuum of theories that agents can hold and act on without ever encountering events which lead them to change their theories (Hahn, 1987, p.324)”^{xi}* (North 1990, pg.24) [réplica].

- II. *“Individual economic actors repeatedly face the same choice situations or a sequence of very similar choices”* (North 1990, pg.19) [modelo neoclássico] – *“Although individual actors face many repetitious situations and, as noted above, can act rationally in such situations, they also are confronted with many unique and nonrepetitive choices where the information is incomplete and where outcomes are uncertain”^{xii}* (North 1990, pg.24) [réplica].

- III. *“The actors have stable preferences and thus evaluate the outcomes of individual choices according to stable criteria”* (North 1990, pg.19)

[modelo neoclássico] - “Although Becker and Stigler have made an impressive case (1977) for relative price changes accounting for many apparent changes in preferences, the stability issue is not so easily dismissed. Not only do anomalies show up at the disaggregated level at which psychological research has been conducted, but certainly historical evidence suggests that preferences over time change. I know of no way to explain the demise of slavery in the nineteenth century that does not take into account the changing perception of the legitimacy of one person owning another”^{xlii} (North 1990, pg.24) [réplica].

- IV. “Given repeated exposure, any individual actor could identify and would seize any available opportunity for improving outcomes and, in the case of business firms, would do so on the pain of being eliminated by competition.” (North 1990, pg.19) [modelo neoclássico] – “Actors would certainly like to improve outcomes, but the information feedback may be so poor that the actor cannot identify better alternatives”^{xliii} (North 1990, pg.24) [réplica].
- V. “Hence no equilibrium can arise in which individual actors fail to maximize their preferences.” (North 1990, pg.19) [modelo neoclássico] – “Competition may be so muted and the signals so confused that adjustment may be slow or misguided and the classic evolutionary consequences may not obtain for very long periods of time”^{xliv} (North 1990, pg.24) [réplica - aqui o autor não concede nada mas é bastante cauteloso ao criticar seu “adversário”].
- VI. “Because the world is in approximate equilibrium, it exhibits at least approximately the patterns employed by the assumption that the actors are maximizing. (North 1990, pg.19) [modelo neoclássico]” – “The condition

of the world throughout history provides overwhelming evidence of much more than simple rational noncooperative behaviour^{xliv} (North 1990, pg.24) [réplica - novamente não há concessão mas surge um apelo às “evidências empíricas”].

- VII. *“The details of the adaptative process are complex and probably actor and situation specific. By contrast, the regularities associated with optimization equilibrium are comparatively simple; considerations of parsimony, therefore, dictate that the way to progress in economic understanding is to explore these regularities theoretically and to compare the results with other observations”* (North 1990, pg.19). [modelo neoclássico] – *“The behavioral assumptions of economists are useful for solving certain problems. They are inadequate to deal with many issues confronting social scientists and are fundamental stumbling block preventing an understanding of the existence, formation, and evolution of institutions*^{xlvi} (North 1990, pg.24) [réplica].

Vemos a utilização extensiva de espaço no texto para construir raciocínios de persuasão. Poderíamos seguir aqui analisando mais traços do estilo de North. Não temos nem o espaço nem o interesse para tal. Importa aqui reter a preocupação do autor com a apresentação de seu texto. Cada movimento argumentativo tem o objetivo de preparar o terreno para a introdução das idéias. A preocupação em dialogar com sua audiência - neoclássica - é nítida. Percebemos tal atitude a partir do cuidado em identificar e interagir com as idéias e crenças supostamente presentes na cabeça de seu leitor implícito.

Como nos mostram Perelman e Tyteca (2000, pg.24) um dos principais pré-requisitos para o esforço de convencimento passa pela identificação e interação com o conjunto de crenças pré existentes na mente de um receptor; a relação debatedor platéia. Para que a comunicação seja bem sucedida, deve haver um

terreno comum, partilhado pelas partes envolvidas no processo. Uma retórica bem praticada consiste em identificar tais crenças ou paixões pré existentes para depois moldar a idéia a ser transmitida no sentido de sintonizá-la à mente, ou filtro cognitivo, do receptor. Nas palavras de Dib (2001),

“[...] o processo de comunicação torna-se qualitativamente distinto do simples ato de transmitir a idéia - é preciso adaptá-la às crenças do receptor - trata-se de ter em mente a intenção de convencer. Ao tentar tornar a mensagem original mais palatável diante das paixões do receptor, o processo de comunicação da idéia torna-se estratégico. Neste caso, a idéia a ser transmitida não é simplesmente codificada pelo emissor, de modo a permitir seu trânsito no canal da comunicação fornecido pela linguagem - seu conteúdo é adaptado de acordo com os sentimentos do receptor, criando assim uma espécie de Cavalo de Tróia capaz de penetrar na fortaleza das paixões da audiência” (Dib 2001, pg.16).

A presença de figuras retóricas clássicas parece confirmar nossa suspeita. O recheio do texto e a condução da argumentação parecem transformar o livro de 1990 numa espécie de “cavalo de Tróia” - para usar a metáfora de Dib (2001). Com um arranjo persuasivo, Douglass North procura convencer a audiência neoclássica a respeito de suas propostas institucionais.

Ainda com o objetivo de testar nossa hipótese acerca da *retórica do autor*, partiremos agora para um outro espaço de observação. Seguiremos o ponto de vista de Arida (1996) nos baseando, portanto, no estudo dos clássicos movimentos retóricos observados ao longo da história do pensamento econômico.

A Contribuição de North como Teoria e Retórica

Veremos agora três das principais regras de retórica sugeridas por Arida (1996) que se aplicam ao nosso estudo. Como primeiro exemplo, podemos mencionar o que Arida chama da sábia regra da *utilização de metáforas*. A utilização das mesmas na ciência econômica tem longa história (lembramos da clássica metáfora da “mão invisível” de Adam Smith). Segundo Arida, o que mais importa, entretanto, é a sábia utilização das mesmas - já que por definição todo modelo é de alguma forma metafórico. Nos diz,

“A metáfora atinge o máximo de eficiência retórica no início do debate ou na apresentação de certas proposições originais: no decorrer do debate ou controvérsia, tenta-se efetivar ao máximo possível sua eliminação que, com respeito a Bachelard, denominamos redução” (Arida 1996, pg.42) [grifos nossos].

Não por acaso, North apresenta sua metáfora principal já na segunda página de seu primeiro capítulo. Diz ele,

“Institutional constraints [] ... are the framework within which human interaction takes place. They are perfectly analogous to the rules of the game in a competitive team sport. [] Continuing the sports analogy...”^{xlvii} (North 1990, pg.4).

Além da aplicação desta, encontramos outra bastante importante: a regra da *abrangência*. Como aponta Arida, modelos ou idéias capazes de explicar ou dar conta de mais fenômenos têm uma tendência maior à aceitação. Sendo um historiador econômico, North irá usar e abusar do expediente de “chamar toda a história” como subsídio às suas idéias. Com muita frequência encontraremos

argumentos do tipo “tal modelo não dá conta de explicar diversas questões encontradas ao longo de nossa história”. Por exemplo no trecho,

“The central puzzle of human history is to account for the widely divergent paths of historical change. How have societies diverged? What accounts for their widely disparate performance characteristics? After all we all descend from primitive hunting and gathering bands. This divergence is even more perplexing in terms of standard neoclassical and international trade theory, which implies that over time economies, as they traded goods, services, and productive factors, would gradually converge”^{xlviii} (North 1990, pg.6).

Vejamos, por fim, aquela que talvez tenha a sido a mais importante regra retórica de todo desenvolvimento da ciência econômica: a regra da generalidade ou a tentativa de subsumir as teorias alheias à nova teoria proposta. Exemplos nesse sentido são fartos. Marx, como, mostra Arida (1996, pg.40), tentou subsumir os mercantilistas, os fisiocratas e a economia política clássica em sua teoria do capital a partir dos conceitos de capital dinheiro, capital mercadoria e capital produtivo. Jevons advogava que sua teoria do valor era “mais geral” e portanto podia explicar a tese do valor trabalho como um caso específico da sua (Jevons 1983, pg.105). Bastante conhecida também é a estratégia de Keynes ao dizer que o modelo clássico era válido somente para um caso específico - ou estado - de uma economia de mercado, a saber, o ponto de pleno emprego. Diz ele já no início da *Teoria Geral*,

“I have called this book the General Theory of Employment, Interest and Money [] ... the object of such a title is to contrast the character of my argumentation and conclusions with those of the classical theory of the subject ... [] The characteristics of the special case assumed by the classical theory happen

not to be those of the economic society in which we actually live, with the result...^{xlix} (Keynes 1964, pg.3).

Ao longo do livro de 1990, encontramos várias passagens onde North reduz a teoria neoclássica a um caso especial do institucionalismo que propõe; a um conjunto de instituições específicas. Tenta mostrar que seus “adversários” não são capazes de explicar muito do que observamos na história pois seus modelos se aplicam somente a “casos e momentos específicos do tempo”. Trechos como os seguintes são comuns ao longo de toda a obra.

“In a world in which there are no increasing returns to institutions and markets are competitive, institutions do not matter (North 1990, pg.95). [] Institutions, together with the standard constraints of economic theory, determine the opportunities in a society (North 1990, pg.7). []... what behaviour then is consistent with an institutions-free world? (North 1990, pg.18) [] Incentives are the underlying determinants of economic performance. They are implicit in the theories we have employed and assumed to have a particular form and effect”^l (North 1990, pg.135) [grifos nossos].

A questão de formas gerais e particulares em teorias apresenta-se com alguma controvérsia. Em geral, veremos autores propondo, como faz North, que seus modelos são mais gerais e portanto mais significantes. Poderia se argumentar que existem critérios objetivos para qualificar teorias como gerais ou particulares; por exemplo quando um argumento é capaz de substituir constantes por variáveis, para usar os termos de Arida (1996). Infelizmente, a relação entre teorias não pode ser entendida sob prisma tão simplificador (Arida 1996, pg.39). Uma discussão aprofundada a esse respeito está fora do escopo deste trabalho. Cabe, entretanto, citar mais um exemplo com o intuito de ilustrar a importância retórica dessa regra.

Partindo da própria referência à estratégia de Keynes que tenta subsumir os clássicos, vemos, a partir de Arida (1996, pg.41), que na síntese neoclássica os adversários de Keynes voltam a subsumi-lo e na seqüência desse embate, os pós-keynesianos tentam novamente subsumir os neoclássicos. Dentro da própria disputa entre seguidores de Keynes surge discussão parecida. Numa das controvérsias entre Pós e Novos Keynesianos encontramos um genuíno confronto de generalidade. Davidson (1995) procura mostrar que seu conceito de não-ergodicidade requer menos axiomas para obter resultados keynesianos, e portanto representa uma teoria mais geral. Rosser (1996), por sua vez, ao utilizar o ferramental de “*chaos*” e “*sunspots*” defende que sua teoria requer menos do que as condições de linearidade implícitas na proposta de Davidson e que, portanto, é matematicamente mais geral (Rosser 1996, pg.12).

Disputas de generalidade persistem na ciência econômica. A estratégia de North ao tentar absorver a teoria neoclássica como um caso particular da sua carrega enorme poder de persuasão. As três regras aplicadas acima procuraram destacar um pouco mais desse aspecto da construção de sua obra.

III - As influências e a inspiração em Marx

North constrói seu aparato a partir de vários autores e escolas de pensamento. De Coase, utiliza-se amplamente do conceito de custos de transação, de Hayek e Knight, busca a idéia da incerteza, de Simon retira o “*insight*” da “*bounded rationality*” e de Arthur e David, toma emprestado a idéia do “*path dependence*”. De sua própria autoria, uma pequena teoria do estado e da ideologia. Vejamos um pouco mais acerca de suas fontes de inspiração.

A influência dos velhos institucionalistas - Thorstein Veblen, Wesley Mitchell, John R. Commons e Clarence Ayres - não é tao grande em North como o nome de seu programa de pesquisa parece inicialmente sugerir (Goldbaum 1996, pg.3). No entanto, apesar de não constarem na bibliografia das obras e praticamente não receberem referências, podemos encontrar algumas semelhanças entre esses autores e North. Como mostra Malcom Rutherford num amplo estudo sobre a relação entre os velhos e novos institucionalistas (Rutherford 1994) algumas das idéias de Douglass North podem ser encontradas no velho institucionalismo. Por exemplo na proximidade com a visão histórica de Commons acerca do surgimento do estado (Rutherford 1994, pg.120). Ou ainda na aproximação destes autores quanto a questão do funcionamento do sistema judiciário e do comportamento de juizes na dinâmica das jurisprudências (Rutherford 1994, pg.123). A importância do conceito de normas, como instrumentos que norteiam o comportamento dos agentes, de Veblen também aparece em North (Rutherford 1994, pg.77). O trecho abaixo mostra uma proximidade ainda maior entre nosso autor e Commons na definição do papel das instituições,

“Douglass North (1981:11) has put it bluntly: a purely “individualistic calculus of costs and benefits would suggest that cheating, shirking, stealing,

assault and murder should be everywhere evident.” When J. R. Commons (1950: 104, [1924] 1968: 138) writes of institutions as rules that generate a “workable mutuality” out of conflict of interest and create a “security of expectations”, he is making essentially the same point”^{li} (Rutherford 1994, pg.81).

Curiosamente, uma das importantes influências de Douglass North vem de Karl Marx, senão vejamos. O principal “*insight*” de todo trabalho de North está no realce das instituições como determinantes principais do crescimento econômico. Já vimos acima que os causadores últimos de desenvolvimento devem ser encontrados na matriz institucional das sociedades que regula e coordena as transações econômicas de uma população. O investimento em tecnologia e a acumulação de capital, causadores do crescimento, decorrem de um tipo específico de arranjo institucional.

Com sua proposta de materialismo histórico, Marx procura entender a evolução das sociedades ao longo do tempo a partir de dois conceitos: as relações de produção e as forças produtivas. A especificação destas categorias não é trivial e como mostra Elster (1987, pg.244), Marx assume muitas vezes uma postura ambígua, dificultando a caracterização exata do que propõe. Para nosso interesse, é suficiente entender, *grosso modo*, as forças como fatores de produção e as relações como regras sobre a distribuição da produção (para uma discussão detalhada a respeito ver Elster 1987, pgs. 243-258). Marx argumenta que para entendermos a evolução histórica das diversas sociedades devemos analisar a interação entre estas duas categorias (Gorender 1982, pg.XI e Mandel 1998, pg.369). Destaca que as relações de produção decorrem das forças produtivas (Elster 1987, pg.300) e que a dinâmica de transição dos modos de produção deve ser entendida a partir da correspondência e/ou contradição entre as mesmas (Elster 1987, pg.258).

Se admitirmos que as relações de produção de Marx estão próximas do conceito de instituição de North, vemos que o aparato marxiano é importante para

a montagem da obra que ora analisamos. Marx procura construir uma teoria da evolução histórica a partir da interação entre forças e regras de produção. North argumenta que a evolução histórica das sociedades decorre da dinâmica de suas instituições (regras) que determinam, em última análise, o resultado da produção econômica. Elster é mais enfático ao associar o conceito de relações de produção com a proposta institucionalista, notadamente no que diz respeito às formas específicas de propriedade encontradas nas sociedades. Nos diz,

“Since the property relations are “but a legal expression for” the relations of production, we can characterize the latter in terms of ownership and non-ownership of the factors of production”^{lii} (Elster 1987, pgs.253-254).

Analisando um pequeno trecho do Prefácio à Crítica da Economia Política onde Marx define as relações de produção encontramos vários dos conceitos essenciais a teoria de North,

“...na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (Marx 1982, pg.25) [grifos nossos].

Vemos a importância da esfera política, legal e ideológica para Marx. North não articula, entretanto, os conceitos marxistas da mesma maneira. Onde Marx vê a primazia das forças produtivas (Elster 1987, pg.268) na determinação da dinâmica dos modos de produção, North destaca a importância das relações de produção como determinantes do desempenho econômico das sociedades. Apesar

de alterar sentidos de causação e mudar o posicionamento de algumas variáveis, o modelo de North continua tendo as relações de produção e de super-estrutura marxistas como categorias chave.

O próprio autor admite em seus textos a importância das idéias propostas por Marx. Por vários momentos menciona-as, ressaltando suas virtudes para a construção de uma teoria de crescimento de longo prazo. Ao criticar as limitações do modelo neoclássico para o entendimento da evolução histórica nos diz,

“The exception was the work of Karl Marx, who attempted to integrate technological change with institutional change. Marx’s early elaboration of the productive forces (by which he usually meant the state of technology) with the relations of production (by which he meant aspects of human organization and particularly property rights) was a pioneering effort to integrate the limits and constraints of technology with those of human organization”^{liii} (North 1990, pg.132).

No trecho abaixo vai além, ressaltando de forma bastante positiva a força do ferramental marxista,

“The Marxian framework is the most powerful of the existing statements of secular change precisely because it includes all of the elements left out of the neoclassical framework: institutions, property rights, the state and ideology. Marx’s emphasis on the crucial role of property rights in efficient economic organization and on the tension that develops between an existing body of property rights and the productive potential of a new technology is a fundamental contribution”^{liiv} (North 1981, pg.61).

Apesar de não encontrarmos referências bibliográficas às obras de Marx nos trabalhos mais recentes de North, notadamente nos textos de 1981 e 1990,

várias citações da literatura marxista aparecem em seu livro de 1973. Textos como o clássico “Studies in the Development of Capitalism” de Maurice Dobb e referências a Paul Sweezy entre outras. Encontramos aí, inclusive, uma referência explícita a introdução de “A Contribuição para a Crítica da Economia Política”. Em sua autobiografia, feita para o recebimento do Nobel, North admite ter sido um marxista convicto,

“When it came time to go to college, I had been accepted for Harvard when my father was offered the position of head of the Metropolitan Life Insurance Company office on the west coast, and we moved to San Francisco. Because I did not want to be that far from home, I decided to go instead to the University of California at Berkeley. While I was there my life was completely changed by becoming a convinced Marxist and engaging in a variety of student liberal activities”^{iv} (North 1993).

O método de North também tem vinculações com Marx. Ao privilegiar análises históricas, como vimos, o autor lança mão do método indutivo para o entendimento da realidade e construção de teorias (para uma breve discussão acerca da utilização dos métodos indutivos e dedutivos em economia ver Bresser Pereira e Lima 1996, pgs.22-24; ver também Bresser Pereira 2001, pg.25). Usa, é verdade, da dedução para construir seu modelo mas, é a partir do entendimento de realidades históricas - únicas e específicas - que North constrói sua obra (Abramovay 2001, pg.174). Sendo originalmente um historiador econômico, monta seus textos teóricos, como analisamos, sempre se apoiando em evidências factuais como fonte de “*insight*”. Utiliza-se, portanto, de uma espécie de combinação entre dedução e indução, caracterizando o que Blaug (1997, pg.17) chama de “*adduction*”.

Considerações Finais

O projeto de Douglass North foi, sem sombra de dúvida, bem sucedido. Sua obra teve papel essencial na fundação de um novo programa de pesquisa, a Nova Economia Institucional, que parece dar passos promissores. Seus “*insights*” abriram espaço para muita pesquisa nova. A quantidade de estudos econômicos baseados em instituições produzidos atualmente é considerável. Desde contribuições na área de regulação e privatizações, passando pelos modelos neoclássicos de crescimento, o próprio entendimento do subdesenvolvimento de muitas nações até discussões sobre maneiras possíveis de transição de ex-regimes comunistas para economias de mercado; a idéia institucional conseguiu contagiar a literatura econômica.

Certamente a idéia das instituições não é nova. Como vimos, muito deste enfoque já estava presente nos economistas clássicos, notadamente em Marx e nas idéias dos velhos institucionalistas. Os autores da escola do desenvolvimento – Furtado, Prebisch, Cardoso & Faletto - também trataram do tema (para uma análise da relação destes com Douglass North, ver Macedo 2001). Como nos lembra Bresser Pereira (1996, pg.182), já na década de 60 poderíamos encontrar a idéia das instituições em Celso Furtado. Por exemplo no trecho abaixo, retirado de um texto de 1961, onde Furtado analisa o processo histórico do desenvolvimento econômico,

“Cabe, portanto, concluir que a estrutura da produção, a parcela da produção que se destina à acumulação e à distribuição de renda têm todas as mesmas causas fundamentais. Estas assentam no sistema institucional que se articula em torno do processo de apropriação do excedente” (Furtado 2001, pg.257).

A respeito das fontes da proposta de North, Caporaso e Levine colocam de forma muito clara no amplo estudo que fazem sobre teorias de economia política,

“The effort to create an endogenous account of institutions - that is, to provide a theory of how institutions are created and how they change, is not new, but it is important. It involves an effort to resurrect a project that was central to Marxian political economy. But while Marx saw the engine of institutional change in the dialectical tension between forces of production and relations of production, the new institutionalism of neoclassical economics focuses on institutions as organizational, procedural, and rulelike responses for economizing on transaction costs and capturing the gains from innovation in production and exchange” (Caporaso e Levine 1992, pg.154)^{lvi} [grifos nossos].

D. McCloskey vai além, chegando a ponto de desqualificar de forma explícita a originalidade da contribuição institucionalista de North. Nos diz,

“North has claimed that he invented something called the economic of institutions. He has claimed this so persistently that many people have come to believe it, but it is an absurd claim: what he did invent was cliometrics, and for that he was given the prize”^{lvii} (McCloskey 2001, pg.2).

Mas se a originalidade da obra de North não é completa, nem por isso devemos depreciá-la. Uma de suas grandes contribuições está em trazer novamente ao *mainstream* uma série de “*insights*” que estavam ociosos. Ao utilizar o linguajar neoclássico e argumentar nos termos do “*mainstream*”, é capaz de chamar a atenção dos economistas para sua proposta. Sebastião C. Velasco e Cruz, ao discutir o trabalho de North, toca, sem perceber, no ponto chave de nosso texto,

“Devemos levar em conta essa relação tensa, mas umbilical, com a economia neoclássica para entender a maneira como ele [o texto de North] será abordado. Sim, porque embora a critique e dela se afaste em vários pontos e de muitas maneiras, a economia neoclássica continua constitutivamente presente na obra tardia de North - como quadro de referência no contexto do qual formula seus problemas e “língua materna” à qual retorna constantemente em busca dos instrumentos conceituais de que necessita para pensá-los” (Velasco e Cruz 2001, pg.4).

A funcionalidade do linguajar neoclássico parece causar problemas em leituras que procuram precisar a posição metodológica de Douglass North. Toyoshima (1999), por exemplo, defende a postura neoclássica de North a partir, apenas, de auto intitulações do autor. Velasco e Cruz identifica de forma mais clara esse “estranho” comportamento de North,

“Podemos confirmá-lo ao observar o uso canhestro de categorias da análise neoclássica a esferas de problemas e a campos semânticos que originalmente lhes eram estranhos, e que só as comportam como metáforas vagas e ineptas, como nas passagens que se seguem...” (Velasco e Cruz 2001, pg.4).

Bernardo G. Macedo (2001) também toca na estratégia de Douglass North, ao abordar a maneira com a qual o autor usa o conceito de “*path dependence*”. Vejamos,

“A idéia de path dependence é facilmente “cooptável” por modelos que, de resto, se baseiam em pressupostos neoclássicos, mesmo que muitas vezes com seu reducionismo mitigado, ou pode ser aplicada estritamente a modelagens não-neoclássicas de sistemas ou trajetórias” (Macedo 2001, pg.363).

Ao utilizar “sabiamente” a linguagem econômica neoclássica, North é capaz de conversar de forma bastante “eficaz” com seus pares. Afinal, sem o convencimento e o consentimento dos mesmos, não haveria como sua teoria “vingar”, obter êxito, e a sua “fama” ver-se instalada. (Para uma breve discussão sobre a sociologia do conhecimento, ver Paul Samuelson em “*Perseguindo a deusa prostituta do êxito*” 1988, pg.73 e Pierre Bourdieu 1983, pg.126). Após criticar a utilização “canhestra” (sic) de termos feita por Douglass North, Velasco e Cruz identifica, sem aprovação - assim como faz Antonio Maria da Silveira em sua análise sobre o trabalho de Buchanan (Silveira 1996) - a estratégia de sucesso do autor,

“A economia institucional de North nada tem de iconoclasta. Ele não quer demolir, nem sequer abandonar um terreno batido para explorar novas paragens, armado de outras metáforas. Sua tarefa é a de um reformador moderado. O procedimento que adota para esse fim é bastante simples. Identificando dificuldades da teoria neoclássica no trato de certos problemas - ou questões por ela silenciadas - passa a reexaminar os seus supostos, a fim de introduzir-lhes as alterações necessárias para acomodar os fenômenos problemáticos. A expectativa é de que por essa via a tradição, que é a sua, venha a ser enriquecida. A idéia de romper com ela não parece tentá-lo” (Velasco e Cruz 2001, pg.5).

Como nos informa North na epígrafe que abre essa dissertação, “abandonar a economia neoclássica significaria para ele abandonar a própria ciência econômica...”. Ressaltamos, aqui, novamente a eficácia de sua retórica - tomada em seus dois sentidos. Ao construir um discurso persuasivo e “cooptante”, North consegue convencer grande parte dos economistas a respeito de sua proposta. Tem amplo sucesso, portanto, do ponto de vista da retórica sofista. Por outro lado, resgata “*insights*” de Marx e dos velhos institucionalistas, trazendo a questão das instituições novamente à tona. Contribui, assim, com seu discurso, para o

surgimento de ampla gama de novas pesquisas baseadas no tema. Do ponto de vista da retórica filosófica, seu projeto é, também, largamente bem sucedido.

Concluimos, por fim, com uma referência obrigatória à hipótese inicial de nosso trabalho. Ao estudar a trajetória teórica de North, especialmente a obra de 1990, comprovamos a suspeita inicial que motivou nosso estudo. *Ao construir uma teoria integrada ao instrumental neoclássico, como destacamos no capítulo que analisa sua retórica, o autor consegue se estabelecer definitivamente como referência para o “mainstream” da ciência econômica.*

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R., “Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica”, em *Razões e ficções do desenvolvimento*, Arbix, Zilbovicius e Abramovay (orgs.), Editora Unesp; Edusp, São Paulo, 2001.
- ALDRIGHI, D. e SALVIANO, C., “A Grande Arte: A Retórica para McCloskey”, em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.
- ANUATTI NETO, F., *Persuasão Racional em Keynes: uma aplicação de retórica em história das idéias econômicas*, Tese de Doutorado, FEA-USP, São Paulo, 1994.
- ARIDA, P., “A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica” em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996 - segunda versão do trabalho publicado originalmente em 1983 como texto para discussão PUC/RJ.
- BIANCHI, A. e SALVIANO, C., “Prebisch, a Cepal e seu discurso”, em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.
- BLAUG, M., *The Methodology of Economics or how economists explain*, Cambridge University Press, Cambridge, 1997.
- BOURDIEU, P. “O Campo Científico”, em *Bourdieu*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, Ática, 1983.
- BRESSER PEREIRA, L. C., “Método e Paixão em Celso Furtado”, em *A Grande Esperança em Celso Furtado*, José Márcio Rego e Luiz Carlos Bresser Pereira (orgs.), Editora 34, São Paulo, 2001.
- _____, “Entrevista”, em *Conversas com Economistas Brasileiros*, José M. Rego, L.F.Cozac e C.Biderman (orgs.), Editora 34, São Paulo, 1996.
- _____ e LIMA, G. T., “The irreducibility of macro to microeconomics: a methodological approach”, *Revista de Economia Política*, Volume 16, n.2(62), Abr/Jun 1996.

CAPORASO, J.A., e LEVINE, D.P., *Theories of Political Economy*, Cambridge University Press, Cambridge, 1992.

CROWLEY, S. e HAWHEE, D., *Ancient Rhetorics for Contemporary Students*, Allyn & Bacon, Boston, 1999.

DAVIDSON P., "Reality and Economic Theory", University of Tennessee, Discussion Paper, 1995.

DENZAU, A. T. e NORTH, D., "Shared Mental Models: Ideologies and Institutions", *Kyklos*, Vol.47, 1994.

DEQUECH, D., "Bounded Rationality, Institutions and Uncertainty", texto a ser publicado no *Journal of Economic Issues*, Dez, 2001(a)

_____, "Incerteza num sentido forte: significado e fontes", em *Macroeconomia Moderna*, Lima, Sicsú e de Paula (orgs.), Editora Campos, São Paulo, 1999.

_____, "The new institutional economics and the theory of behaviour under uncertainty", texto do II Seminário Brasileiro da NEI, 2001(b)

DIB, D., *A controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira: a retórica como instrumento de formação de crenças*, USP, Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2001.

ELSTER, J., *Making sense of Marx*, Cambridge University Press, Cambridge, 1987.

EGGERTSSON T., "A note on the economics of institutions" em *Empirical Studies in Institutional Change*, Alston L., Eggertsson T., North D., (eds), Cambridge University Press, Cambridge, 1998 (1ed. 1996).

FERNÁNDEZ, R., "A retórica e a procura da Verdade em Economia" em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.

_____ e PESSALI, H.F., "Oliver Williamson and the rhetorical construction of the Transaction Cost Economics", Trabalho discutido em encontro da Sociedade de Economia Política, 2000.

- _____, "Teoria dos custos de Transação e Abordagens Evolucionistas: Análise e Perspectivas de um Programa de Pesquisa Pluralista", *Revista de Economia Política*, Volume 21, n.2(82), Jun 2001.
- FURTADO, C., "O processo histórico do Desenvolvimento", em *A Grande Esperança em Celso Furtado*, José Márcio Rego e Luiz Carlos Bresser Pereira (orgs.), Editora 34, São Paulo, 2001.
- GALA, P. e REGO, J.M., "A Retórica em Douglass North", texto apresentado no IV Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, Portugal, 2001.
- GARCIA, F., GOLDBAUM, S., VASCONCELOS, L., REBELO, A., "Instituições e Crescimento: a Hipótese do Capital-efetivo", texto para discussão FGV-SP n81, São Paulo, 1999.
- GOLDBAUM, S., *O postulado da racionalidade e a nova economia institucional: a nova teoria da firma*, Dissertação de Mestrado FGV-SP, São Paulo, 1996.
- GOLDIN, C., "Cliometrics and the Nobel", National Bureau of Economic Research, Historical Paper n65, 1994.
- GORENDER, J., "Introdução a Marx", em *Os Economistas, Marx*, Editora Abril, São Paulo, 1982.
- HOBBSBAWN, E., "Historiadores e Economistas: II", em *Eric Hobsbawn sobre História*, Companhia das Letras, São Paulo, 1997.
- JEVONS, W. S., "A teoria da Economia Política", em *Os Economistas, Jevons*, Editora Abril, São Paulo, 1983.
- KEYNES, J.M., "The General Theory and After: Preparation", *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, ed. por D. Moggridge, vol. XIII, McMillan, London, 1973.
- _____, *The General Theory of Employment, Interest, and Money*, Harcourt Brace, New York, 1964.
- _____, *A Teoria Geral do Juro do Emprego e da Moeda*, Atlas, São Paulo, 1992.

- KUHN, T., *A estrutura das Revoluções Científicas*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1976.
- LANHAM, R.A., *A Handlist of Rhetorical Terms*, University of California Press, Los Angeles, 1991.
- LAKATOS, I., “O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica”, em *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*, Lakatos e Musgrave (orgs.), Cultrix-Usp, São Paulo, 1979.
- MACEDO, B. G., “A concepção de história em Douglass North e na Economia do Desenvolvimento”, texto do II Seminário Brasileiro da Nova Economia Institucional, Campinas, 2001.
- MANDEL, E., “Marx, Karl Heinrich”, em *The New Palgrave, a Dictionary of Economics*, Macmillan, New York, 1998.
- MARX, K., “Para a Crítica da Economia Política”, em *Os Economistas, Marx*, Editora Abril, São Paulo, 1982.
- MCCLOSKEY, D., *The Rhetoric of Economics*, University of Wisconsin Press, Wisconsin, 1998 (2ed.).
- _____, “A Retórica da Economia”, em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.
- _____, “The Rhetoric of Economics”, *Journal of Economic Literature*, 21, 1983.
- _____, *Knowledge and Persuasion in Economics*, Cambridge University Press, Cambridge, 2000 (1ed. 1994).
- _____, “Entrevista”, em Correspondência ao autor, São Paulo, 2001.
- _____, *Economical Writing*, Waveland Press, Estados Unidos, 2000(2ed.).
- MORAES JUNIOR, A.C., “O Conceito de Eficiência na Nova Economia Institucional”, trabalho apresentado em Congresso, ANPEC, 2000.
- NORTH, D., *Structure and Change in Economic History*, Norton, New York, 1981.

_____, *Institutions, Institutional Change and Economic performance*, Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

_____ e Robert P. Thomas, *The Rise of the Western World: A New Economic History*, Cambridge University Press, Cambridge, 1973.

_____ “Structure and Performance: The Task of Economic History”, *Journal of Economic Literature*, 16, 1978.

_____ e DAVIS, L., *Institutional Change and American Economic Growth*, Cambridge University Press, Cambridge, 1971.

_____ “Autobiography”, *The Bank of Sweden Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel*, 1993.

_____ “Understanding the process of Economic Change”, *Iea Occasional Paper*, London, 1999.

_____ “Epilogue: economic performance through time”, em *Empirical Studies in Institutional Change*, Alston L., Eggertsson T., North D., (eds), Cambridge University Press, Cambridge, 1998 (1ed. 1996).

_____ *The Economic Growth of the United States 1790-1860*, WW Norton & Company, New York, 1966 (Originalmente publicada em 1961, Prentice Hall).

_____ “Institutions, transaction costs, and the rise of merchant empires”, em *The Political Economy of Merchant Empires, State Power and World Trade 1350-1750*, James D. Tracy (ed.), Cambridge University Press, Cambridge, 1997, (1ed. 1991).

PAULANI, L.M., “Idéias sem lugar - Sobre a retórica na economia de McCloskey” em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.

_____, “Modernidade e discurso econômico - ainda sobre McCloskey”, *Revista de Economia Política*, Volume 19, n.4(76), Dez 1999.

PERELMAN, CH. e TYTECA, L., O., *The New Rhetoric, a Treatise on Argumentation*, University of Notre Dame Press, Notre Dame, 2000, 1958(1ed.).

- POSSAS, M., “A cheia do mainstream : comentário sobre os rumos da ciência econômica”, *Revista de Economia Contemporânea*, n.1, Jan-Jun, UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.
- PRADO, B., “A Retórica da Economia segundo McCloskey”, em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.
- REGO, J.M., “Retórica na Economia - idéias no lugar” em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.
- _____, “Retórica no processo inflacionário: a teoria da inflação inercial”, em *Inflação e Hiperinflação, Interpretações e Retórica*, ed. Bial, São Paulo, 1990.
- ROSSER, B., “Complex Dynamics in New Keynesian and Post Keynesian Economics”, *Post Keynesian Thought Internet Seminars*, 1996.
- RUTHERFORD M., *Institutions in Economics, the Old and the New institutionalism*, Cambridge University Press, Cambridge, 1994.
- SAMUELSON, P., “Entrevista” em *A Vida de Sete Prêmios Nobel de Economia*, Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1988.
- SILVEIRA, A. M., “A sedição da Escolha Pública” em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.
- TOYOSHIMA, S., “Instituições e Desenvolvimento Econômico - Uma Análise Crítica das Idéias de Douglass North”, *Ipe-Usp, Estudos Econômicos*, vol29, n1, 1999.
- VELASCO e CRUZ, S.C., “Teoria e História: Nota Crítica sobre o Tema da Mudança Institucional em Douglass North”, texto do II Seminário Brasileiro da Nova Economia Institucional, Campinas, 2001.
- VAYNE, P., M., *Como se faz a História*, editora UnB, Brasília, 1993.
- VIEIRA, R. M., “Celso Furtado: auto retrato e retórica”, em *A Grande Esperança em Celso Furtado*, José Márcio Rego e Luiz Carlos Bresser Pereira (orgs.), Editora 34, São Paulo, 2001.

Apêndice 1 - Autobiografia de Douglass North

Reproduzimos abaixo sua autobiografia escrita na obtenção do Nobel em 1993. O texto nos ajuda a entender algumas das passagens da obra do autor a partir da análise de sua trajetória pessoal. Sua fase marxista, o contato com Schumpeter, as aulas com o irmão de Frank Knight, o nascimento da nova história econômica, entre outros episódios. Como comenta Rosa Maria Vieira sobre a riqueza historiográfica de biografias, ao estudar Celso Furtado. *“Creio ser este um instigante caminho para a abordagem de um pensador que, até agora objeto quase exclusivo de reflexão da teoria econômica, apresenta-se como um desafio para o historiador”* (Vieria 2001, pg.157).

“I was born in Cambridge, Massachusetts - not because my family had any connection with higher education, but because my father was a manager at the Metropolitan Life Insurance Company in a nearby town and Cambridge was the nearest hospital - in 1920. In the ensuing years we moved a number of times as a result of my father's business. First Connecticut and then, when he became head of the Metropolitan's Canadian office, Ottawa. Because my mother believed in education broadly construed, we also lived in Europe and I went to school at the Lycee Jacquard in Lausanne, Switzerland, in 1929-30. My brother and sister are both older than I am and were born before my father went off to World War I. I went to elementary school in Ottawa, and then to a private secondary school. When we moved back to the United States in 1933, I went to private schools in New York City and on Long Island, and then completed my high school education at the Choate School in Wallingford, Connecticut. While I was there I became deeply interested in photography, and indeed the most noteworthy event in my early life was winning first, third, fourth and seventh prizes in an international competition for college and high school students.

Our family life was certainly not intellectual. My father had not even completed high school when he started as an office boy working for the Metropolitan Life Insurance Company, and I am not sure that my mother completed high school. Nevertheless, she was an exciting person, intelligent, intellectually curious, and she played an important part in my intellectual development. My aunt and uncle were, and in the case of my aunt (Adelaide North) still is, a powerful influence. They introduced me to classical music and my aunt continues to be, to this day, a very special person in my life.

When it came time to go to college, I had been accepted for Harvard when my father was offered the position of head of the Metropolitan Life Insurance Company office on the west coast, and we moved to San Francisco. Because I did not want to be that far from home, I decided to go instead to the University of California at Berkeley. While I was there my life was completely changed by becoming a convinced Marxist and engaging in a variety of student liberal activities. I was opposed to World War II, and indeed on June 22, 1941 when Hitler invaded the Soviet Union I suddenly found myself the lone supporter of peace since everybody else had, because of their communist beliefs, shifted over to become supporters of the war. My record at the University of California as an undergraduate was mediocre to say the best. I had only slightly better than a "C" average, although I did have a triple major in political science, philosophy, and economics. I had hoped to go to law school, but the war started, and because of the strong feeling that I did not want to kill anybody, I joined the Merchant Marine when I graduated from Berkeley. We had been to sea only a short time when the Captain called me up on the bridge and asked me if I could learn to navigate since most of the officers had had only rudimentary education, and we needed to get from San Francisco to Australia. I became navigator and enjoyed it very much. We made repeated trips from San Francisco to Australia, and then to the front lines in New Guinea and the Solomon Islands.

What the war did was give me the opportunity of three years of continuous reading, and it was in the course of reading that I became convinced that I should become an economist. Then the last year of the war I taught celo-navigation at the Maritime Service Officers' School in Alameda, California; I took up photography again and had a difficult decision as to whether to become a photographer or go into economics. In the summer of 1941 I had worked with Dorothea Lange, head of the photographic division of the Farm Security Administration, travelling with and photographing migrants through the central valley of California. Now Dorothea tried to persuade me to become a photographer. Her husband, Paul Taylor, who was in the economics department at the University of California, tried to persuade me to become an economist. He won.

I went back to graduate school with the clear intention that what I wanted to do with my life was to improve societies, and the way to do that was to find out what made economies work the way they did or fail to work. I believed that once we had an understanding of what determined the performance of economies through time, we could then improve their performance. I have never lost sight of that objective.

I cannot say that I learned much formal economics as a graduate student in Berkeley. My most influential professors were Robert Brady; Leo Rogin, a Marxist and a very influential teacher of history of economic thought; and M. M. Knight (Frank Knight's brother) who certainly was agnostic, to say the least, about theory, but who had a wonderful knowledge of the facts and background in economic history. He became my mentor and my thesis advisor at Berkeley. But while I learned by rote most of the theory I was supposed to know, I did not acquire a real understanding of theory. It was not until I got my first job, at the University of Washington in Seattle, and began playing chess with Don Gordon, a brilliant young theorist, that I learned economic theory. In the three years of playing chess every day from noon to two, I may have beaten Don at chess, but he taught me economics; more important he taught me how to reason like an

economist, and that skill is still perhaps the most important set of tools that I have acquired.

I had written my dissertation on the history of life insurance in the United States and had had a Social Science Research Council Fellowship to go to the east coast and do the spade work. That turned out to be a very productive year. I not only sat in on Robert Merton's seminars in sociology at Columbia, but also became deeply involved in the Entrepreneurial school of Arthur Cole at Harvard. The result was that Joseph Schumpeter had a strong influence upon me. My early work and publications centered around expanding on the analysis of life insurance in my dissertation and its relationship to investment banking.

I next turned to developing an analytical framework to look at regional economic growth and this led to my first article in the Journal of Political Economy, entitled "Location Theory and Regional Economic Growth". That work eventually led me to developing a staple theory of economic growth. I was very fortunate that at a meeting of the Economic History Association I come to know Solomon Fabricant, who was then director of research at the National Bureau of Economic Research; and in 1956-57 I was invited to spend the year at the Bureau as a research associate. That was an enormously important year in my life. I not only became acquainted with most of the leading economists who passed through the bureau, but spent one day a week in Baltimore with Simon Kuznets and did the empirical work that led to my early major quantitative study of the balance of payments of the United States from 1790 to 1860.

I married for the first time in 1944. During my graduate training my wife taught school, providing our major source of support. We had three sons, Douglass, Christopher, and Malcolm, born between 1951 and 1957. After the boys were in school my wife became a successful politician in the Washington State legislature.

Between my year at the National Bureau and 1966-67, when I went off to Geneva as a Ford Faculty Fellow, I did my major work in American economic

history, which led to my first book, *The Economic Growth of the United States from 1790 to 1860*. It was a straightforward analysis of how markets work in the context of an export staple model of growth.

By this time (1960) there was a substantial stirring to try to change and transform economic history. The year that I was at NBER, the Bureau and the Economic History Association had the first joint quantitative program on the growth of the American economy, a conference that was held at Williamstown, Massachusetts, in the late spring of 1957. This meeting was really the beginning of the new economic history, but the program coalesced when Jon Hughes and Lance Davis, two former students of mine who had become faculty members at Purdue, called the first conference of economic historians interested in trying to develop and apply economic theory and quantitative methods to history. The first meeting was held in February of 1960. This program was highly successful and the reception that it received amongst economists was certainly enthusiastic. Economics departments very quickly became interested in having new economic historians, or, as we came to call ourselves, cliometricians (Clio being the muse of history). Therefore, as I developed a graduate program jointly with my colleague Morris David. Morris at the University of Washington we attracted some of the best students to do work in economic history, and during the 1960s and early 70s the job market was very responsive and our students were easily placed throughout the country.

In 1966-67 I decided that I should switch from American to European economic history, and therefore, when I received the above-mentioned grant to live in Geneva for a year, I decided to re-tool. Re-tooling turned out to change my life radically, since I quickly became convinced that the tools of neo-classical economic theory were not up to the task of explaining the kind of fundamental societal change that had characterized European economies from medieval times onward. We needed new tools, but they simply did not exist. It was in the long search for a framework that would provide new tools of analysis that my interest

*and concern with the new institutional economics evolved. The result was two initial books, one with Lance Davis, *Institutional Change and American Economic Growth*, and the other with Robert Thomas, *The Rise of the Western World: A New Economic History*.*

Both books were early tentative attempts to develop some tools of institutional analysis and apply them to economic history. Both were still predicated on neo-classical economic theory, and there were too many loose ends that did not make sense: such as the notion that institutions were efficient (however defined). Perhaps more serious, it was not possible to explain long-run poor economic performance in a neo-classical framework. So I began to explore what was wrong. Individual beliefs were obviously important to the choices people make, and only the extreme myopia of economists prevented them from understanding that ideas, ideologies, and prejudices mattered. Once you recognize that, you are forced to examine the rationality postulate critically.

The long road towards developing a new analytical framework involved taking all of these considerations seriously: to develop a view of institutions that would account for why institutions produced results that in the long run did not manage to produce economic growth; develop a model of political economy in order to be able to handle and explain the underlying source of institutions. Finally, one had to come to grips with why people had the ideologies and ideas that determined the choices they made.

*In *Structure and Change in Economic History* (1981) I abandoned the notion that institutions were efficient and attempted to explain why "inefficient" rules would tend to exist and be perpetuated. This was tied to a very simple and still neo-classical theory of the state which could explain why the state could produce rules that did not encourage economic growth. I was still dissatisfied with our understanding of the political process, and indeed searched for colleagues who were interested in developing political-economic models. This led me to leave the University of Washington in 1983 after being there for 33 years, and to move*

to Washington University in St. Louis, where there was an exciting group of young political scientists and economists who were attempting to develop new models of political economy. This proved to be a felicitous move. I created the Center in Political Economy, which continues to be a creative research center.

*The development of a political-economic framework to explore long-run institutional change occupied me during all of the 1980s and led to the publication of *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* in 1990. In that book I began to puzzle seriously about the rationality postulate. It is clear that we had to have an explanation for why people make the choices they do; why ideologies such as communism or Muslim fundamentalism can shape the choices people make and direct the way economies evolve through long periods of time. One simply cannot get at ideologies without digging deeply into cognitive science in attempting to understand the way in which the mind acquires learning and makes choices. Since 1990, my research has been directed toward dealing with this issue. I still have a long way to go, but I believe that an understanding of how people make choices; under what conditions the rationality postulate is a useful tool; and how individuals make choices under conditions of uncertainty and ambiguity are fundamental questions that we must address in order to make further progress in the social sciences.*

In 1972 I married again, to Elisabeth Case; she continues to be wife, companion, critic and editor: a partner in the projects and programs that we undertake.

I would be remiss if I left the impression that my life has been totally preoccupied with scholarly research. True, it has been the fundamental focus of my life, but it has been intermingled with a variety of activities that have complemented that central preoccupation and enriched my life. I continue to be a photographer; I have enjoyed fishing and hunting with a close friend; and have owned two ranches, first in northern California and then in the state of Washington. I learned to fly an airplane, and had my own airplane during the

1960s. I have always taken seriously good food and wine. In addition, music has continued to be an important part of my life.

My wife and I now live in the summers in northern Michigan in an environment which is wonderfully conducive to research, and where most of my work in the last 15 years has been done. I work on research all morning. In the afternoons I hike with my dog, play tennis or go swimming. In the evening, as we are only 16 miles from the National Music Camp at Interlochen, we may listen to music two or three nights a week. It is a wonderful place for that mixture of research and leisure which has made my life such a rich experience" (North 1993).

Apêndice 2 - Notas de tradução

Apresentamos abaixo nossa tradução das citações e passagens em inglês presentes na dissertação. Em se tratando de uma análise retórica, optamos por deixar os originais no corpo do trabalho para não perdermos possíveis sutilezas presentes no idioma original.

ⁱ “Restrições concebidas pelos seres humanos que condicionam suas próprias interações”.

ⁱⁱ “Por ter renovado a pesquisa em história econômica, aplicando teoria econômica e métodos quantitativos para explicar mudanças institucionais e econômicas”.

ⁱⁱⁱ “Representemos a experiência humana até hoje como um relógio no qual o começo consiste no momento (na África, aparentemente há 4 ou 5 milhões de anos) em que os humanos tornaram-se distintos dos outros primatas. Assim, o começo da chamada civilização ocorre com o desenvolvimento da agricultura e o assentamento permanente em cerca de 8.000 a.C. no “Fertile Crescent”...nos dez mil anos do desenvolvimento da agricultura até o presente, o ritmo das mudanças parece ter sido muito lento... [] Este ritmo se acelera nos últimos cinco mil anos com o crescimento e declínio das economias e civilizações. A população pode ter crescido de cerca de 300 milhões no tempo de Cristo para cerca de 800 milhões em 1750... [] Se focarmos agora, nos últimos 250 anos, vemos que o crescimento está em grande medida restrito à Europa Ocidental e às extensões marítimas da Inglaterra para 200 daqueles 250 anos... [] têm havido períodos de aparente estagnação secular – a mais recente sendo o longo hiato entre o fim do Império Romano no Ocidente e o renascimento da Europa Ocidental aproximadamente

quinhentos anos mais tarde. [] Como uma abordagem institucional/cognitiva pode contribuir para nosso entendimento do passado econômico? Primeiramente, ela deve dar conta de descrever as formas desiguais de performance econômica descritas [acima]”.

^{iv} “O ponto importante para a história econômica e para o desenvolvimento intelectual de North é que as instituições interagem com a tecnologia. Uma sem a outra não produz o crescimento econômico. North aprendeu bem esta lição e dirigiu seus esforços nos 25 anos seguintes ao estudo das instituições”.

^v “O renascimento do comércio nos séculos XI e XII não levou apenas à proliferação de cidades mas criou as bases do desenvolvimento de arranjos institucionais que reduziram as imperfeições de mercado. À medida que as novas cidades desenvolviam seus próprios governos para administrá-las e proteger, elas necessariamente criavam leis para resolver disputas que surgiam dessas novas condições. As cidades do norte da Itália, Alemanha Central e Flandres tornaram-se prósperos centros de comércio à medida que a população e o comércio continuavam a crescer”.

^{vi} “...o instrumento institucional desenvolvido para transações (conhecido como um ‘instrumentum ex causa cambii’) permitia a um tomador que tivesse recebido por adiantamento em algum local a promessa de repagamento em outra moeda e em outro local”.

^{vii} “Os fatores que listamos (inovação, economias de escala, acumulação de capital, etc.) não são as causas do crescimento; elas são o crescimento”.

viii “Os melhores trabalhos dos historiadores tem muito freqüentemente sido calcados não em deduções lógicas a partir de premissas explícitas mas em brilhante intuição histórica. Este triunfo da intuição sobre a matemática não se deve a recusa cega do historiador em se ajoelhar no altar da ciência, mas ao fato de que as teorias que ele eventualmente utilizou, foram mal especificadas, eram totalmente irrelevantes e as vezes marcadas por erros de lógica. Até que teorias melhores sejam elaboradas, ninguém pode culpá-lo por depender da intuição que lhe serviu tão bem no passado. [Uma teoria dessas] emergirá aos poucos da interação entre o teórico que se preocupa com a lógica e o historiador preocupado em explicar o passado. Nesta busca por uma teoria que explique o processo de evolução econômica, o estudioso deve continuamente mover-se da teoria ao fato e novamente de volta à teoria”.

ix “instituições políticas e econômicas, tecnologia, demografia e ideologia”.

x “hipóteses comportamentais da teoria recebida”.

xi “visão interconectada do mundo”.

xii “... o passo mais importante que a pesquisa na área de ciências sociais pode dar para substituir a hipótese “caixa preta” de racionalidade utilizada em modelos econômicos e de escolha racional”.

xiii “A teoria neoclássica é da mesma forma deficiente em explicar a estabilidade. Por que as pessoas obedecem às regras da sociedade quando poderiam ter benefício burlando-as? Certamente o cálculo individual de custo-benefício sugeriria que trapaçagens, enganações, roubos, ataques e assassinatos seriam evidentes em todo lugar. Nós observamos todos estes tipos de comportamento,

mas lado-a-lado com eles, também observamos indivíduos obedecendo a regras quando estas poderiam ser violadas com impunidade e com um benefício considerável. Na verdade, um mundo neoclássico seria uma selva e nenhuma sociedade seria viável”.

^{xiv} “Os seres humanos tendem a usar suas percepções acerca do mundo para estruturar seu ambiente de forma a reduzir as incertezas nas interações humanas. A estrutura institucional resultante é uma combinação de regras formais, informais e suas características de ‘enforcement’”.

^{xv} “Para o propósito deste trabalho, um estado é uma organização com uma vantagem comparativa em violência, estendendo-se por uma área geográfica cujas fronteiras são determinadas por seu poder de taxar os constituintes. A essência dos direitos de propriedade é o direito de excluir e uma organização que tem uma vantagem comparativa em violência está em posição de especificar e fazer cumprir os direitos de propriedade. [...] Não é possível desenvolver uma análise útil do estado separada dos direitos de propriedade”.

^{xvi} “Desde as sociedades redistributivas das antigas dinastias egípcias, passando pelo sistema escravista dos mundos Grego e Romano até os feudos medievais, havia uma persistente tensão entre a estrutura de posse que maximizava a renda do chefe de estado (e seu grupo) e um sistema eficiente que pudesse reduzir os custos de transação e encorajar o crescimento econômico. Essa dicotomia é a principal causa do fracasso das sociedades em experimentar o crescimento sustentado”.

^{xvii} “...as regras fundamentais de competição e cooperação criam uma estrutura de direitos de propriedade (que especifica a estrutura de posse tanto no mercado de fatores quanto de produtos) que maximize as rendas do ‘chefe de estado’...[e] que

reduza os custos de transação a fim de promover o produto máximo da sociedade e portanto, aumente as receitas de impostos direcionadas ao estado”. ruim

^{xviii} “A política e a economia estão intrincadamente ligadas em qualquer entendimento da performance de uma economia e, portanto, devemos desenvolver uma verdadeira disciplina de economia política. Um conjunto de restrições (regras) institucionais define as relações de troca entre ambas e dessa forma, determina a maneira como o sistema econômico/político funciona”.

^{xix} “Uma organização eficiente implica no estabelecimento de arranjos institucionais e direitos de propriedade que criem um incentivo para canalizar os esforços econômicos individuais em atividades que aproximem a taxa de retorno privada à taxa de retorno social. [...] Benefícios ou custos privados são os ganhos ou perdas de um participante individual numa transação econômica. Custos sociais são aqueles que afetam toda a sociedade. Uma discrepância entre benefícios ou custos privados e sociais significa que terceiros, sem seu consentimento, receberão alguns dos benefícios ou incorrerão em alguns dos custos. Tal diferença ocorre sempre que os direitos de propriedade são mal definidos ou não são respeitados (cumpridos)...”.

^{xx} “Cias de capital aberto, corporações, prêmios, leis de patentes, ..., cercamentos, letras de câmbio, a abolição do sistema de servidão, ..., companhias de seguros”.

^{xxi} “Obtêm-se instituições eficientes através de uma política que englobe incentivos para criar e fazer cumprir direitos de propriedade eficientes. [E] regras informais importam. Precisamos saber muito mais sobre normas de comportamento determinadas culturalmente e como elas interagem com as regras formais a fim de obter uma resposta melhor para essas questões”.

^{xxii} “Eficiência adaptativa [...] está relacionada ao tipo de regras que modelam a forma como a sociedade evolui ao longo do tempo. Ela também está relacionada à propensão da sociedade em adquirir conhecimento e aprendizado, em induzir a inovação, em assumir riscos e atividades criativas de todas as formas, assim como resolver problemas e gargalos da sociedade através do tempo”.

^{xxiii} “O custo da informação é a chave para os custos de transação, que consistem nos custos de se mensurar (medir) os atributos de valor daquilo que está sendo transacionado além dos custos de se proteger direitos e de se policiar e fazer cumprir os acordos”.

^{xxiv} “Instituições reduzem as incertezas porque criam uma estrutura para o cotidiano. Elas são um guia para as interações humanas, de forma que quando queremos cumprimentar amigos na rua, dirigir um automóvel, comprar laranjas, emprestar dinheiro, montar um negócio, enterrar nossos mortos, ou qualquer outra coisa, nós sabemos, (ou podemos aprender facilmente) como realizar tais tarefas”.

^{xxv} “Organizações incluem entidades políticas (partidos políticos, o Senado, o conselho municipal, uma agência regulatória), entidades econômicas (firmas, uniões de comércio, fazendas, cooperativas), entidades sociais (igrejas, clubes, associações atléticas) e entidades educacionais (escolas, universidades, centros de treinamento vocacional). Elas são grupos de indivíduos ligados por um propósito comum para atingir seus objetivos”.

^{xxvi} “conceitualmente, o que deve ser claramente diferenciado são as regras dos jogadores”.

^{xxvii} “Se o aparato institucional básico faz da redistribuição de renda (pirataria) a oportunidade econômica preferida (mais rentável), podemos esperar um desenvolvimento bastante diferente em termos de conhecimento e aptidões do que obteríamos se a oportunidade econômica preferida fosse baseada no aumento da produtividade (como a indústria química do século vinte). Exemplos extremos sim, mas como tipos ideais eles exemplificam muito da história econômica. Os incentivos que são construídos no aparato institucional têm papel decisivo na formação dos tipos de conhecimento e aptidão que valem a pena”.

^{xxviii} “Equilíbrio institucional seria uma situação onde dado o poder de barganha dos jogadores e o conjunto de regras contratuais que pautasse todas as trocas da economia, nenhum dos jogadores consideraria vantajoso utilizar recursos para reestruturar os acordos”.

^{xxix} “Há altos custos iniciais quando as instituições são criadas “de novo” como na Constituição americana de 1787. Há efeitos de aprendizado significantes para as organizações que surgem do conjunto de oportunidades providos pelo aparato institucional...[] Haverá efeitos diretos de coordenação através de contratos com outras organizações e indiretos através de investimentos induzidos através da política de atividades complementares....[] As expectativas adaptativas ocorrem porque a crescente prevalecência de contratos baseados numa instituição específica reduz as incertezas sobre a permanência daquela regra. A rede de interdependência de uma matriz institucional produz massivos retornos crescentes”.

^{xxx} “Podemos entender o processo como um fluxo circular no qual temos percepções iniciais sobre o que constitui a realidade. Tais percepções levam à construção de um conjunto de crenças e ideologias para explicar tal realidade e

para explicar a forma como devemos nos comportar. Isto, por sua vez, leva à criação de uma estrutura institucional, ou uma matriz institucional, que então modela nosso ‘mundo’. E como nossas crenças sobre a realidade mudam incrementalmente, nós adotamos políticas que modificam também incrementalmente essa estrutura institucional. Uma mudança incremental sempre é restringida por ‘trajetórias dependentes’. Isto é, as instituições existentes limitam nossas escolhas. À medida que fazemos escolhas que alteram incrementalmente a política, estamos mudando a realidade. E ao mudar a realidade, estamos mudando o sistema de crenças que temos. Este fluxo circular tem existido desde que os seres humanos começaram a tentar moldar seu destino”.

^{xxx} “As instituições provêem a estrutura básica pela qual os seres humanos através da história têm criado a ordem e tentado reduzir a incerteza nas trocas. Juntamente com a tecnologia utilizada, elas determinam os custos de transação e de transformação e portanto, a produtividade e viabilidade de se engajar em uma atividade econômica. Elas conectam o passado ao presente e ao futuro de forma que a história torna-se uma estória amplamente incremental da evolução institucional na qual a performance histórica das economias só pode ser entendida como parte de uma estória sequencial”.

^{xxxii} “Nem a teoria econômica corrente nem a história cliométrica mostram muitos sinais de apreciação do papel das instituições na performance econômica porque não havia ainda um aparato analítico para integrar a análise institucional à economia e à história econômica. O objetivo deste livro é prover tal aparato”.

^{xxxiii} “Definir instituições como restrições que os seres humanos impõem sobre si mesmos, torna a definição complementar à abordagem teórica de escolha da teoria econômica neoclássica”.

^{xxxiv} “A contribuição da cliometria foi a aplicação de um corpo sistemático de teoria – teoria neoclássica – à história e a aplicação de sofisticadas técnicas quantitativas à especificação e teste de modelos históricos. ... [] Entretanto, nós pagamos um preço alto pela aceitação não crítica da teoria neoclássica. Apesar de a aplicação sistemática da teoria de preços à história econômica ter sido uma contribuição relevante, a teoria neoclássica está relacionada à alocação de recursos num dado momento do tempo, uma característica devastantemente limitante aos historiadores cuja questão central é responder pelas mudanças ao longo do tempo. Além disso, assumiu-se que a alocação ocorreria num mundo sem fricções, ou seja, num mundo onde as instituições não existiriam ou não importariam. Estas duas condições ignoraram o verdadeiro objetivo da história econômica: tentar explicar diversos percursos de crescimento, estagnação e decadência das sociedades ao longo do tempo e explorar o caminho no qual as fricções, que são as conseqüências das interações humanas, produzem resultados amplamente divergentes”.

^{xxxv} “Integrar a análise institucional à economia e à história econômica é redirecionar a ênfase, mas não abandonar as ferramentas teóricas já desenvolvidas. Redirecionar a ênfase significa modificar a noção e as implicações de racionalidade, incorporando as idéias e ideologias em nossa análise, explicitamente estudando os custos de transacionar para o funcionamento dos mercados econômico e político e compreendendo as conseqüências do path dependence para a evolução histórica das sociedades”.

^{xxxvi} “Oradores podem criar um caráter que pareça inteligente através da demonstração de que estão informados sobre os assuntos que discutem [...] então neste caso, devem ter um cuidado especial a fim de convencer sua audiência de

que estão bem informados [...] Ele pode fazer isso utilizando uma linguagem que sugira que ele é um “insider”, contando uma anedota que indica que tem experiência ou conhecimento em uma área em particular ou descrevendo suas qualificações”.

^{xxxvii} “Deixe-me retrilhar brevemente meus passos nesta questão central [evolução das instituições]. Em North e Thomas (1973) nós fizemos das instituições o determinante da performance econômica e as mudanças nos preços relativos a fonte da mudança institucional. Mas nós tínhamos uma explicação essencialmente eficiente; mudanças nos preços relativos criam incentivos para construir instituições mais eficientes. A persistência de instituições ineficientes, ilustradas pelo caso da Espanha [...] Tal anomalia [o caso da Espanha] não se encaixava no aparato teórico. Em ‘Structure and Change in Economic History’ (North 1981) eu abandonei a visão eficiente das instituições [...] Naquele estudo levantei a questão proposta pelo argumento evolucionário de Alchian, mas não tinha uma resposta [...] Era possível explicar a existência de instituições ineficientes, mas por que as pressões competitivas não levavam à sua eliminação?”

^{xxxviii} “A história que eu incluo é ilustrativa, desenhada para mostrar a promessa da proposta. Mas longe de prover o tipo de teste de hipótese que deve necessariamente ser feito”.

^{xxxix} “Apesar de observarmos alguma convergência entre as nações industriais líderes que praticam comércio, uma característica extraordinária dos últimos dez milênios é que nós evoluímos para sociedades radicalmente diferentes quanto à religião, etnia, cultura, política e economia e a distância entre as nações pobres e ricas, entre desenvolvidas e subdesenvolvidas, é tão ampla hoje em dia quanto sempre foi e talvez em boa parte ainda maior”.

^{xli} “O mundo econômico é razoavelmente visto em equilíbrio” [modelo neoclássico] – Para alguns propósitos, o conceito de equilíbrio é uma ferramenta de análise de valor, mas para maior parte das questões com as quais estamos preocupados, não há apenas um equilíbrio, mas equilíbrios múltiplos que surgem porque há um contínuo de teorias que os agentes podem ter e sobre as quais atuar, sem que encontrem eventos que os levem a alterá-las”.

^{xlii} “Atores econômicos individuais, deparam-se repetidamente com as mesmas situações de escolha, ou com uma seqüência de situações bastante semelhantes” [modelo neoclássico]”- Apesar de os atores individuais depararem-se com muitas situações repetitivas e como notamos acima, poderem atuar racionalmente em tais situações, eles também são confrontados com várias escolhas únicas e não repetitivas onde a informação é incompleta e os resultados são incertos.”

^{xliii} “Os atores têm preferências estáveis e portanto avaliam os resultados de suas escolhas individuais de acordo com critérios estáveis” [modelo neoclássico]”- Apesar de Becker e Stigler terem elaborado uma defesa impressionante (1977) onde mudanças nos preços relativos explicam mudanças aparentes nas preferências, a questão da estabilidade não pode ser dispensada facilmente. Não apenas pelo fato de que as anomalias aparecem no nível desagregado no qual a pesquisa psicológica tem sido feita, mas certamente a evidência histórica sugere que as preferências mudam ao longo do tempo. Eu não conheço uma forma de explicar o fim da escravidão no século XIX que não leve em consideração a mudança na percepção da legitimidade de uma pessoa possuir a outra”.

^{xliiii} “Dada a exposição repetida, qualquer ator individual poderia identificar e utilizar qualquer oportunidade disponível de melhorar os resultados e no caso das empresas, fariam isso sob o risco de serem eliminadas pela concorrência.” [modelo

neoclássico] – Atores certamente gostariam de melhorar os resultados, mas o retorno da informação pode ser tão pobre que o ator não é capaz de identificar alternativas melhores”.

^{xliv} “Portanto, não pode surgir um equilíbrio no qual os atores fracassem ao maximizar suas preferências [modelo neoclássico] - A competição pode ser tão imperfeita e os sinais tão confusos que o ajustamento pode ser lento ou mal guiado e as conseqüências evolucionárias clássicas podem não ocorrer por longos períodos”.

^{xlv} “Como o mundo está num equilíbrio aproximado, ele exhibe pelo menos aproximadamente os resultados dos modelos que utilizam a premissa da maximização – A condição do mundo através da história fornece evidências extraordinárias de muito mais do que um comportamento simples racional não cooperativo”.

^{xlvi} “Os detalhes do processo adaptativo são complexos e provavelmente específicos de acordo com cada ator e situação. Por contraste, as regularidades associadas ao equilíbrio de otimização são comparativamente simples; considerações de parcimônia, portanto, ditam que a forma de progredir na compreensão econômica é explorar estas regularidades teoricamente e comparar os resultados com outras observações [modelo neoclássico] - As premissas comportamentais dos economistas são úteis para se resolver alguns problemas. Elas são inadequadas para lidar com muitas das questões enfrentadas pelos cientistas sociais e são barreiras fundamentais que dificultam a compreensão da existência, formação e evolução das instituições”.

^{xlvii} “Restrições institucionais [...] são o aparato através do qual a interação humana acontece. Elas são perfeitamente análogas às regras de um jogo num esporte competitivo.[...] Continuando com a analogia dos esportes...”.

^{xlviii} “O quebra-cabeça central na história humana é explicar os vários diferentes caminhos da mudança histórica. Como as sociedades têm divergido? O que explica suas características tão divergentes de performance? Afinal, todos nós descendemos de bandos primitivos de caça e coleta. Esta divergência é ainda mais intrigante em termos da teoria neoclássica padrão e do comércio internacional, que implica que ao longo do tempo as economias convergiriam gradualmente à medida que comercializassem bens, serviços e fatores produtivos”.

^{xlix} “Chamei este livro de a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda [...] o objetivo de tal título é contrastar o caráter de minha argumentação e conclusões com as da teoria clássica sobre este assunto [...] As características do caso especial assumido pela teoria clássica não são aquelas da sociedade econômica na qual nós realmente vivemos, com o resultado...”.

^l “Num mundo onde não há retornos crescentes para as instituições e os mercados são competitivos, instituições são irrelevantes [...] As instituições, juntamente com as restrições padrão da teoria econômica, determinam as oportunidades numa sociedade [...] que comportamento então é consistente com um mundo livre de instituições? [] Os incentivos são a base que determina a performance econômica. Eles estão implícitos nas teorias que utilizamos e tem assumido uma forma e efeito particular”.

^{li} “Douglass North colocou isto diretamente: um “cálculo puramente individual de custo-benefício sugeriria que trapanças, enganações, roubos, ataques e assassinatos

seriam evidentes em todo lugar”. Quando J. R. Commons (1950:104, [1924] 1968: 138) escreve sobre as instituições como regras que geram uma “mutualidade trabalhável” sem conflitos de interesse e cria uma “segurança de expectativas”, ele está defendendo essencialmente a mesma idéia”.

lii “Já que as relações de propriedade nada mais são do que “uma expressão legal para” as relações de produção, podemos caracterizar esta última em termos da posse ou não dos fatores de produção”.

liii “A exceção foi o trabalho de Karl Marx, que tentou integrar mudança tecnológica e mudança institucional. As primeiras elaborações de Marx sobre as forças produtivas (para as quais ele geralmente queria dizer o estado de tecnologia) com as relações de produção (para as quais ele queria dizer aspectos da organização humana e em particular, direitos de propriedade) foi um esforço pioneiro para a integração dos limites e restrições tecnológicas as formas de organizações humanas”.

liv “O aparato Marxista é o mais poderoso entre as afirmações existentes sobre mudança secular precisamente porque ele inclui todos os elementos deixados de fora pelo aparato neoclássico: instituições, direitos de propriedade, o estado e ideologia. A ênfase de Marx no papel crucial dos direitos de propriedade na organização econômica eficiente e na tensão que surge do conjunto de direitos de propriedade existentes e do potencial produtivo de uma nova tecnologia é uma contribuição fundamental”.

lv “Quando chegou o momento de ir à escola, eu fui aceito em Harvard enquanto meu pai foi convidado para o cargo de presidente da Companhia Metropolitana de Seguro de Vida na costa oeste, e nós nos mudamos para São Francisco. Já que eu



não queria ficar tão longe de casa, decidi ir para a Universidade da Califórnia em Berkeley. Enquanto eu estava lá minha vida mudou completamente por me tornar um Marxista convicto e engajar-me numa variedade de atividades estudantis liberais”.

^{lvi} “O esforço para criar uma explicação endógena para as instituições – ou seja, formular uma teoria de como as instituições são criadas e como elas mudam, não é novo, mas é importante. Ele envolve um esforço de ressuscitar um projeto que era central para a economia política Marxista. Mas enquanto Marx viu a engrenagem (motor) da mudança institucional na tensão dialética entre as forças de produção e relações de produção, o novo institucionalismo da economia neoclássica enfoca as instituições como respostas na forma de organizações, procedimentos e regras para economizar nos custos de transação e capturar os ganhos da inovação na produção e comércio”.

^{lvii} “North afirma ter criado algo chamado ‘a economia das instituições’. Ele tem afirmado isto tão persistentemente que muitas pessoas acabaram acreditando, mas isto é uma afirmação absurda: o que ele fez foi inventar a cliometria e a isto se atribui o fato de ele ter ganho o prêmio.”

[Faint, illegible text]

1ª Cópia
DEB 5E/PRG
DATA: 19/12/01

 Fundação Getúlio Vargas
Escola de Administração
de Empresas de São Paulo
Biblioteca 

2990/2001



1200102990

